



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**JOÃO PAULO FREITAS MATOS**

**FILIAÇÕES E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO PARÁ**

**BELÉM/PA**  
**2024**

**JOÃO PAULO FREITAS MATOS**

**FILIAÇÕES E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO PARÁ**

**BELÉM/PA**  
**2024**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

M425f Matos, João Paulo Freitas.  
Filiações e Ideologia Partidária nos Municípios do Pará / João  
Paulo Freitas Matos. — 2024.  
84 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Gustavo César de Macedo Ribeiro  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Ciência Política, Belém, 2024.

1. Partidarismo. 2. Filiação Partidária. 3. Ideologia  
Partidária. 4. Socioeconomia. I. Título.

CDD 320.0981

---

**JOÃO PAULO FREITAS MATOS**

**FILIAÇÕES E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA NOS MUNICÍPIOS DO PARÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará e submetido à avaliação, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

Linha de pesquisa: Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro

Examinado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro (UFPA)

Orientador

---

Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza (UFPA)

Examinador Interno

---

Prof. Dr. Raimundo França (Pará)

Examinador Esterno

Ao Deus que meus atepassados confiaram e me  
repassaram,

A meus pais, e familiares,

Amigos e amigas,

Aos meus professores e professoras

A todas e todos que não desistiram de sonhar por  
um Pará e por um Brasil melhor.

O presente trabalho foi realizado com apoio da  
Fundação Amazônica de Amparo a Estudos e  
Pesquisas – FAPESPA.

## AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus, que é Pai, Filho e Espírito Santo. Pude sentir cada uma de Suas faces ao longo destes anos: o suporte paterno, o amor filial e o consolo do Espírito.

Sou grato aos meus pais, Aldinéia Freitas Matos e Paulo Roberto Belarmino Matos, por todo o apoio, os silêncios para que eu pudesse estudar e por sempre acreditarem em mim. Apesar de todas as dificuldades inerentes ao curso de Mestrado, sei que muitas delas foram atenuadas porque tinha vocês dois na minha vida.

À minha irmã, Hamanda Matos, por ter me incentivado a ingressar no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPA e acreditar desde o começo nas minhas contribuições acadêmicas para esta instituição.

Aos meus avós maternos e paternos, em especial aos do lado do meu pai, que faleceram nos tempos difíceis da pandemia.

Agradeço ao Henrique Matos e Cleya Silva, sempre ótimos anfitriões, amigos e família. Sou muito grato a vocês pelo tempo que precisei ficar em sua casa para cursar as disciplinas do mestrado.

Aos meus amigos, em especial ao Kauã Silva e ao João Pedro, que mesmo morando há quase 3.000 km de distância se fez presente na minha vida e pode me ajudar em momentos cruciais.

Aos meus familiares, que sempre me tratam com muito carinho e entenderam minha ausência em importantes reuniões de domingo e datas festivas por conta dos estudos.

Ao meu orientador Gustavo, pela paciência, pela sua disposição, pelas contribuições... Obrigado por ter acreditado no meu trabalho junto comigo e pela generosidade em compartilhar seu conhecimento para uma boa execução da pesquisa.

À Eugênia Cabral, Rodrigo Dolandeli e Bruno Rubiatti, coordenadores do Programa, e Delice, secretária do PPGCP, pelo trabalho de cuidar da burocracia administrativa e me nortear sempre que estava perdido em meio a relatórios e matrículas. Vocês fazem o nosso Programa funcionar.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, pela contribuição com o desenvolvimento deste trabalho, pelo respeito e profissionalismo em suas ponderações, e sobretudo pelo seu tempo e disponibilidade para a avaliação.

À Universidade Federal do Pará e à FAPESPA, que me oportunizaram desenvolver minhas pesquisas ao longo desses anos e pela concessão da bolsa que viabilizou a concretização desta dissertação e retorno à sociedade do desenvolvimento científico a partir do tema aqui proposto.

Muito obrigado a todos os que foram aqui mencionados e aos que não foram, mas que de algum modo se fizeram presentes nesta jornada.

Embora [a Sabedoria] sendo uma só, tudo pode; permanecendo imutável, renova tudo; e comunicando-se às almas santas através das gerações, forma os amigos de Deus e os profetas. [...] De fato, ela é mais bela que o sol e supera todas as constelações.

Comparada à luz, ela é mais brilhante: pois à luz sucede a noite, ao passo que, contra a Sabedoria, o mal não prevalece. Ela se estende com vigor de uma extremidade a outra, e com suavidade governa todas as coisas.

(Sb 7, 27.29-8,1)

## RESUMO

O presente trabalho traz a proposta de levantar um estudo na área da Ciência Política visando explorar dados socioeconômicos dos 144 municípios paraenses e relacioná-los com os dados de filiações atualizados mensalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral de acordo com as suas posições ideológicas na escala direita-centro-esquerda. Para chegar a esse resultado, em primeiro lugar, se fez importante buscar informações nas principais fontes da literatura em âmbito brasileiro a cerca de dados dos últimos anos sobre filiação partidária nos municípios estratificados por população, PIB, localização geográfica, épocas propícias para a filiação, e a definição de ideologia partidária por espectro. Na segunda parte foram explorados conteúdos sobre filiação paraense apresentando breve histórico dos três partidos com mais filiados no estado: “MDB”, “PT” e “PSDB” além de suas trajetória de ascensão, suas importantes personalidades, a presença de diretórios partidários permanentes/temporários e como estes podem influenciar na infiltração de novos filiados nos municípios. Na última parte, o trabalho explora dados do IBGE a fim de dividir os municípios em porte populacional grande, médio e pequeno; Produto Interno Bruto alto, médio e baixo e as Mesorregiões: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense. Em seguida, é analisado quais são os partidos de direita-centro-esquerda de acordo com a produção da ciência política brasileira, e por fim, se observa a predominância da filiação por ideologia para cada um dos recortes socioeconômicos a serem estudados. Fica constatado que a média percentual de filiações a direita é maior nos municípios de pequeno porte populacional. Na Mesorregião Metropolitana de Belém foi registrada a segunda menor média de filiação à direita. O Sudeste Paraense não fica sequer entre as três primeiras em média de filiação à direita e a média de filiação à esquerda é maior entre os municípios de PIB ‘alto’ frente aos demais.

Palavras-chave: Partidarismo. Filiação Partidária. Ideologia Partidária. Socioeconomia.

## ABSTRACT

This paper proposes to conduct a study in the area of Political Science by exploring socioeconomic data from 144 municipalities in Pará and relating them to the membership data updated monthly by the Superior Electoral Court according to their ideological positions on the right-center-left wing scale. To achieve this result, first of all, it was important to seek information from the main sources of literature in Brazil about data from recent years on party membership in municipalities stratified by population, GDP, geographic location, favorable times for membership, and the definition of party ideology by spectrum. In the second part, content on party membership in Pará was explored, presenting a brief history of the three parties with the most members: “MDB”, “PT” and “PSDB”, such as their trajectory of rise, their important personalities, the presence of permanent/temporary party directories and how these can influence the infiltration of new members in the municipalities. In the last part, the work explores data from the IBGE in order to divide the municipalities into large, medium and small population sizes; high, medium and low Gross Domestic Product; Mesoregion: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudoeste Paraense and Sudeste Paraense. Next, it analyzes which parties are right-center-left wing according to the production of Brazilian political science, and then observes the predominance of affiliation by ideology for each of the socioeconomic segments to be trained. It is found that an average percentage of affiliations to the right is higher in municipalities with small population sizes. The Região Metropolitana de Belém region was registered by the second lowest average of affiliation to the right. The Sudoeste Paraense region is not even among the top three in average affiliation to the right and the average affiliation to the left is higher among municipalities with a ‘high’ GDP compared to the others.

Keywords: Partisanship. Party Affiliation. Party Ideology. Socioeconomics.

### **Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Filiações por Espectro nos Municípios de Grande Porte Populacional.....	20
Tabela 2 - Filiação aos Partidos do Governo do Pará (2002-2022).....	36
Tabela 3 – Partidos por órgãos definitivos e provisórios nos municípios no Pará em agosto de 2022.....	42
Tabela 4 – Média percentual de filiados por espectro ideológico por porte populacional.....	46
Tabela 5 – Média percentual de filiados por espectro ideológico por Mesorregião.....	57
Tabela 6 – Média percentual de filiados por espectro ideológico por PIB alto, médio e baixo.....	58

## **Lista de Mapas**

Mapa 1 – Mesorregiões Paraenses.....	57
--------------------------------------	----

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 – Histórico do Ponto de Vista sobre Esquerda e Direita segundo Bobbio e Bolognesi et al.....	34
Quadro 2 – Ideologia dos Partidos.....	50

## **Lista de Siglas e Acrônimos**

ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política  
AGIR – Agir  
ALEPA – Assembleia Legislativa Paraense  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
AVANTE – Avante  
CIDADANIA – Cidadania  
DC – Democracia Cristã  
DEM – Democratas  
ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro  
FILIA – Sistema de Filiação Partidária  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
LOPP – Lei Orgânica dos Partidos  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MOBILIZA – Mobiliza Brasil  
NOVO – Partido Novo  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PCO – Partido da Causa Operária  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PL – Partido Liberal  
PMB – Partido da Mulher Brasileira  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PODE – Podemos  
PP – Progressistas  
PPM – Pesquisa da Pecuária Nacional  
PRD – Partido Renovação Democrática  
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PV – Partido Verde  
RBA – Rede Brasil Amazônica de Comunicação  
REDE – Rede Sustentabilidade  
REPUBLICANO – Republicano  
RMB – Região Metropolitana de Belém  
SGIP – Sistema de Gerenciamento e Informações Partidárias  
SOLIDARIEDADE – Solidariedade  
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
TRE – Tribunal Regional Eleitoral  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UNAMA – Universidade da Amazônia  
UNIÃO – União Brasil  
USP – Universidade de São Paulo

UP – União Popular pelo Socialismo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2. FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS E DADOS SOCIOECONÔMICOS NO CONTEXTO BRASILEIRO .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1. O ESTUDO DAS FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS: RELEVANTES OU FUTILIDADE ACADÊMICA? .....</b>	<b>23</b>
<b>2.2 PROCESSO DE FILIAÇÃO NO BRASIL E GRAU DE CONFIABILIDADE DOS DADOS DE FILIAÇÃO.....</b>	<b>24</b>
<b>2.3 ESTUDO DAS FILIAÇÕES E O PERFIL SOCIOECONÔMICO.....</b>	<b>27</b>
<b>2.3.1 As Filiações Partidárias e o Perfil Socioeconômico nos Municípios ..</b>	<b>29</b>
<b>2.4 PARTIDOS DE DIREITA E ESQUERDA: CARACTERÍSTICAS .....</b>	<b>32</b>
<b>2.4.1 Quais são os Partidos de Direita, Esquerda e Centro no Brasil contemporâneo? .....</b>	<b>33</b>
<b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FILIAÇÕES NO ESTADO DO PARÁ.....</b>	<b>37</b>
<b>3.1 O IMPACTO DAS ELEIÇÕES GOVERNAMENTAIS NA FILIAÇÃO PARAENSE .....</b>	<b>37</b>
<b>3.1.1 Trajetória dos partidos com mais filiações no Pará nos últimos 20 anos</b>	<b>39</b>
3.1.1.1 Metodologia .....	39
3.1.1.2 Discussão e Resultados .....	40
<b>3.2 HISTÓRICO DOS PARTIDOS COM MAIS FILIADOS NO PARÁ.....</b>	<b>41</b>
<b>3.3 RELAÇÃO DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS E COMISSÕES PROVISÓRIAS COM FILIAÇÕES NO PARÁ.....</b>	<b>45</b>
<b>3.3.1 Números dos órgãos permanentes e temporários no Pará .....</b>	<b>46</b>
3.3.1.1 Metodologia .....	46
3.3.1.2 Resultados e discussão .....	47
<b>4 FILIAÇÃO, IDEOLOGIA PARTIDÁRIA E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS NO PARÁ.....</b>	<b>50</b>
<b>4.1 METODOLOGIA .....</b>	<b>50</b>
<b>4.2 TRATAMENTO DE DADOS .....</b>	<b>53</b>
<b>4.3 DADOS SOCIOECONÔMICOS .....</b>	<b>53</b>
<b>4.3.1 População .....</b>	<b>53</b>
4.3.1.1 Municípios de Porte Grande.....	54
4.3.1.2 Municípios de Médio Porte .....	54
4.3.1.3. Municípios de Pequeno Porte.....	55
4.3.1.4 Índices de Filiação Partidária por Ideologia nos Portes Populacionais.....	55
<b>4.3.2 Mesorregião .....</b>	<b>56</b>
4.3.2.1 Baixo Amazonas .....	57
4.3.2.2 Marajó .....	58
4.3.2.3 Metropolitana de Belém .....	59
4.3.2.4 Nordeste Paraense .....	60
4.3.2.5. Sudeste do Pará .....	60
4.3.2.6. Sudoeste do Pará .....	61
4.3.2.6.7 Filiações à Direita, Esquerda e Centro nas Mesorregiões Paraenses....	62
<b>4.3.3 Produto Interno Bruto .....</b>	<b>63</b>

4.3.3.1 Filiações à Esquerda, Centro e Direita nos Municípios de PIB ‘alto’, ‘médio’ e ‘baixo’ .....	63
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO A – CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS MUNICÍPIOS: POPULAÇÃO, MESORREGIÃO E PORTE POPULACIONAL (2022).....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO B – VALOR E TAMANHO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS.....</b>	<b>77</b>
<b>ANEXO C – FILIAÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL POR ESPECTRO PARTIDÁRIO NOS MUNICÍPIOS PARAENSES EM JULHO DE 2022.....</b>	<b>80</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A temática das filiações partidárias é pouco explorada em relação à identificação e afinidade partidária. Em um estudo de 2015, Speck, Braga e Costa destacaram que o Brasil apresenta uma das maiores taxas de filiação do mundo, correspondendo a mais de 10,1% do eleitorado, o que justifica uma atenção maior a esses números por parte da comunidade acadêmica.

Dentre as pesquisas em ciência política que abordam o fenômeno da filiação partidária nos âmbitos regional e municipal destacam-se os estudos da análise da filiação partidária em São Paulo (Amaral, 2014), a filiação partidária no contexto pré-eleitoral (Speck, 2013) e o estudo da filiação partidária como uma variável relevante (Cervi, Terron e Soares, 2020). O estudo de Cervi et al. (2020) que avaliou o impacto das variáveis socioeconômicas nos municípios brasileiros, classificou o Pará como uma região de baixa adesão às filiações em comparação com os outros estados nortistas, mesmo com evidências de uma concentração de alto percentual de filiados em alguns municípios do sudeste paraense.

Frente a falta de pesquisas mais específicas sobre a realidade regional do Pará, o presente estudo busca analisar os padrões de filiação partidária no estado. Para tanto, será utilizada uma abordagem baseada em dados agregados geograficamente. O objetivo fundamental é o de analisar a distribuição geográfica, econômica e populacional das filiações partidárias no Pará, tendo em vista a orientação ideológica dos partidos e a composição demográfica, econômica e geográfica dos municípios paraenses. Dessa forma, busca-se contribuir assim uma análise mais precisa das dinâmicas de filiação no estado.

Nesse contexto, onde os municípios paraenses formam uma região de baixa filiação se comparados ao restante do país, com exceção de algumas partes do sudeste e sudoeste paraense, indaga-se se essas localidades possuem características socioeconômicas que ajudam a entender os padrões analisados. Por outro lado, busca-se entender se a distribuição das filiações se dá de forma diferente entre os partidos de diferentes espectros ideológicos. Considerando essas questões, o presente trabalho tem como objetivo responder à seguinte pergunta: **Como está correlacionada a proporção de filiados por ideologia com os dados socioeconômicos nos municípios paraenses?**

Esse estudo igualmente se justifica por considerar as filiações partidárias no âmbito do estado do Pará dentro de seu contexto socioeconômico – que, de acordo com Cervi et al. (2020), é uma “variável esquecida” em muitas pesquisas científicas. Estudar a geografia das

filiações partidárias permite entender a dinâmica política de um espaço e analisar as tendências da relação entre partido e território, podendo então avaliar a força de cada espectro em determinada região ou município, o que é útil para lideranças e para os partidos na elaboração de suas estratégias de recrutamento.

Ao analisar as relações entre filiação partidária e dados socioeconômicos, é possível obter *insights* valiosos sobre as preferências políticas dos municípios em diferentes regiões do estado, bem como compreender como fatores como demografia, posição geográfica e atividades econômicas podem influenciar o comportamento político. Essa abordagem pode, portanto, ajudar a preencher uma lacuna importante na literatura acadêmica, contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre a política brasileira e, em particular, sobre a realidade política do estado do Pará.

Além disso, trabalhar com o espectro ideológico dos partidos no contexto paraense se espera um melhor entendimento das diferenças entre as organizações políticas e partidárias. O ideológico dos partidos auxilia na análise da posição política de um grupo de partidos em relação ao outro, assim como conhecer as suas propostas e objetivos. Ou seja, com o espectro ideológico dos partidos, leva-se a compreensão das variadas formas de governo, as agendas propostas por cada partido e como estas podem contribuir à realidade dos municípios.

Por conseguinte, o objetivo geral dessa pesquisa é buscar entender a configuração geográfica de filiação aos partidos de direita, centro e esquerda a partir da questão socioeconômica. Os objetivos específicos se fracionam em: identificar o espectro de cada partido com presença no Pará, de acordo com a literatura da Ciência Política no Brasil; explorar dados socioeconômicos atualizados dos municípios paraenses nas principais fontes de estatísticas geográficas e apurar dados de filiação partidária e seus respectivos espectros relacionando-os com as diferenças socioeconômicas de cada município através do modelo de estatística descritiva.

Neste caso, a presente pesquisa tem como objetivo realizar um recorte no Estado do Pará, dividir os partidos por ideologia dentro do espectro direita, centro e esquerda e testar algumas das variáveis socioeconômicas identificadas por Cervi, Terron e Soares, como: região metropolitana (e outras mesorregiões), PIB e número de habitantes através da descrição destes dados mencionados neste parágrafo comparados com os números de filiações por partidos agrupados em seu espectro.

De certa forma independentes entre as si, as próximas seções de modo geral estão

divididas em segunda, terceira e quarta seção. A segunda seção está constituída com contribuições majoritariamente nacionais a respeito dos padrões de filiação nos municípios do país, o grau de confiabilidade dos dados do TSE sobre as filiações, o perfil socioeconômico dos municípios, o papel do período eleitoral na busca de filiações, o que caracteriza os partidos entre “esquerda”, “direita” e “centro” de acordo com a abordagem de Norberto Bobbio, e a classificação dos partidos brasileiros segundo Bolognesi et al (2023).

A terceira seção discute os *trends* de filiações no Pará, em especial as três maiores siglas no ranking paraense (MDB, PT e PSDB), na qual Bittencourt e Silva (2015) destaca como “partidos do governador”, ao observar o Pará como um dos estados em que o partido do governante eleito para o executivo estadual recebe um “boom” de novos filiados a partir da vitória eleitoral para governo estadual e no ano de posse que segue o ano eleitoral. O período analisado pela autora compreendeu o período de 2006 e 2014.

Ao utilizar metodologia semelhante, estendemos a análise abrangendo os períodos eleitorais entre 2002-2022 o que confirma a continuidade de crescimento do partido do governador, onde o MDB de Helder Barbalho avançou em número absoluto de filiados, enquanto o PSDB e PT passam por momento estagnação. Para ampliar a discussão, será apresentado juntamente um histórico resumido dos três maiores partidos por filiação, de suas lideranças e principais personalidades no Pará, o contexto político da época de suas ascensões, bem como algumas de suas estratégias de popularização.

Levando em consideração a revisão da literatura espera-se que as filiações aos partidos do centro a esquerda tendam a ser maiores em municípios de grande porte populacional, nos municípios fora da Mesorregião Metropolitana de Belém, com destaque ao Sudeste do Pará. Nos municípios da Mesorregião Metropolitana de Belém e nos municípios com o Produto Interno Bruto superior a 1 bilhão de reais é onde prevalece a preferência de filiação aos partidos do centro a esquerda.

Para atingir a esse resultado, os dados sobre o número de habitantes dos municípios extraídos do site do IBGE e referentes ao Censo de 2022 foram cruciais para as variáveis do “porte populacional” e “mesorregião”, os dados do Produto Interno Bruto mais atualizado referente ao ano de 2021 e o número de eleitores filiados aos partidos até o final de julho de 2022 como um esforço em trazer todos os dados ao mais próximo possível da data de referência do Censo 2022.

Os números a serem apresentados na última seção desta dissertação foram alcançados neste seguinte método dos exemplos abaixo:

Exemplo 1:

- População: cada município está dividido pela categoria de porte populacional (grande, médio e pequeno).

Exemplo 2:

- No caso daqueles de porte populacional grande é tirada a média de cada um dos municípios que compõem esta categoria:

Tabela 1 – Filiações por Espectro nos Municípios de Grande Porte Populacional.

Município	P. Pop.	Fil. Esq.	Fil. Cen.	Fil. Dir.	Total
Belém	Grande	39,7%	4,3%	56%	100%
Ananindeua	Grande	21,1%	4,3%	74,6%	100%
Santarém	Grande	29,2%	5,3%	65,5%	100%
+12	Grande	...	...	...	...
Total	Grande	25%	4,9%	70,1%	100%

Fonte: IBGE; TSE (elaboração própria)

Exemplo 3:

Em seguida, o percentual da esquerda, por exemplo, de todos os municípios de grande porte é somado [ $39,7 + 21,1\% + 29,2\% \dots = X$ ] e dividido pelo número total de municípios de grande porte populacional, no caso 15 municípios [ $X/15$ ], o que resulta na média de porcentagem deste conjunto dos municípios de grande porte demográfico [ $X/15 = 25$ ]; o mesmo se aplica para os municípios de médio porte, pequeno porte e aos outros perfis socioeconômicos como PIB e Mesorregião.

O alvo metodológico foi verificar as seguintes hipóteses:

- “A média percentual dos partidos de direita é maior nos municípios classificados como sendo de “pequeno porte populacional”; e os partidos de esquerda nos de “grande porte””.
- “A média percentual de filiação partidária do centro a direita tende a ser menor nos municípios da Mesorregião Metropolitana de Belém do que nos municípios do interior”
- “A média percentual de filiação partidária aos partidos de centro a direita tende a ser maiores nos municípios do Sudeste Paraense em relação a outras mesorregiões.”
- “A média percentual de filiação aos partidos de esquerda tende a ser maior nos municípios onde o PIB é classificado como alto.”

Com isso, o porte populacional dos municípios usou a divisão da estratificação atualizada do porte populacional usada para a avaliação do desempenho de saúde. Willemann e os colaboradores da pesquisa classificaram os municípios de grande porte populacional aquele cujo número de habitantes sejam superior a 100 mil pessoas; os de porte pequeno

aqueles com a população inferior a 25 mil e os que caem entre essa faixa (> 25 mil e < 100 mil) são categorizados como porte médio.

A divisão por mesorregião obedece aquela feita pelo IBGE, que são: Baixo-Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste do Pará e Sudoeste do Pará; os municípios dentro da sua classificação territorial geográfica deram a média percentual para suas respectivas mesorregiões.

No tópico sobre o Produto Interno Bruto, os municípios foram separados por PIB alto, médio e baixo segundo a classificação de Dornélio Silva (2022) que dividiu os municípios paraenses entre aqueles cuja produção bruta ultrapassou os 1 bilhão, aqueles cuja produção caiu dentre os R\$ 101.000 (x1000) e R\$ 999.000 (x1000) e aqueles cuja produção fora inferior aos R\$ 100.000 (x1000).

A divisão dos partidos por ideologia obedeceu aquela feita por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) entre os partidos onde as ideologias se encaixam nos espectros de esquerda-centro-direita, numa escala de 0 a 10, onde 0 a 4 classifica os partidos como sendo de esquerda; 4,1 a 6 como centro e 6,1 a 10 como direita.

Com isso, ficou constatado que a média percentual dos partidos à direita nos municípios de pequeno porte populacional é de 69,2%, a frente dos de médio porte (67,7%) e grande (64%). Na Mesorregião Metropolitana de Belém (69,7%) foi registrada a segunda menor média percentual de filiados à direita superando apenas o Nordeste Paraense (69,6%) por 0,1 ponto percentual, também lá foi registrado o maior percentual de filiados ao centro (5,6%). O Sudeste Paraense, no entanto, registrou apenas a 4º maior média percentual de filiados à direita (70,5%) e o segundo maior à esquerda (24,9%). Nos municípios onde o PIB é considerado alto, a média percentual de filiados à esquerda é de 25,64%, frente aos de PIB médio (23,88%) e PIB baixo (23,06%).

## **2. FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS E DADOS SOCIOECONÔMICOS NO CONTEXTO BRASILEIRO**

### **2.1. O ESTUDO DAS FILIAÇÕES PARTIDÁRIAS: RELEVANTES OU FUTILIDADE ACADÊMICA?**

Ao falar da questão de filiação de partidos políticos no Brasil, as literaturas disponíveis no campo da Ciência Política ressaltam alguns pontos importantes, dentre eles a relevância e o impacto das filiações na vida política dos eleitores no país (SPECK, 2013; CERVI, TERRON, SOARES, 2020). Bruno Wilhelm Speck (2013, p. 37-38). Desde a volta do sistema multipartidário nos anos 1980 no Brasil, a ciência política permaneceu incipiente sobre as filiações, Speck (2013) acredita que isso se dá por causa de incertezas sobre os dados de filiações, além de suas influências na sociedade civil.

Speck (2013) lista alguns fatos que levariam a tal desconfiança dos estudiosos para com os dados sobre as filiações partidárias no país, porexemplo: registros de pessoas falecidas, usos de documentação falsas, migração interna,etc, além dos indivíduos que se filiarão para disputas de cargos eleitorais e não por afinidade a agenda das legendas, não pagam anuidade, não se “desfiliam” e até esquecem que são afiliados a alguma agremiação. Ou seja, os dados de filiação estariam “desatualizados, inflados, inconsistentes e sem significados”, com exceção de alguns partidos (como o PT), ou seja, os eleitores não se filiam com a finalidade de participarem da vida partidária (2013, p. 38).

Cervi, Terron e Soares (2020) afirmam que é um mito considerar os dados sobre filiações como irrelevantes. Estes números, segundo eles, são cruciais para avaliar outras variáveis: portanto, não são “futilidade acadêmica” (2020, p. 494). O trabalho de Cervi et al (2020) analisou os números de filiação a partir de 2002 e constatou muitos fatos importantes. O ritmo de crescimento dos partidos, por exemplo, varia conforme o tempo, a vigência de períodos eleitorais, a distribuição geográfica dos municípios e suas respectivas características socioeconômicas. (2020, p. 495).

Um ponto interessante levantado por todos os autores citados acima é o de que, no Brasil, o número de eleitores filiados a algum partido é considerado alto, com uma porcentagem próxima a de democracias tradicionais da Europa com uma taxa de crescimento acima da variação do número total de eleitores entre o período de 2014 e 2018 (CERVI et al, 2020, p. 496). Speck (2013) enfatiza que a taxa de filiação nas democracias ocidentais europeias, conhecidas como berço dos partidos de massa, a proporção de filiações varia entre 5 e 15% do eleitorado. Em 2012, no ano da sua análise, a taxa de filiação

brasileira era de 10,7%.

E qual a importância de se estudar os municípios especificamente? Emerson Urizzi Cervi e Felipe Borba (2019, p. 65) remetem a Constituição Federal de 1988 a garantia que os municípios receberam sua autonomia plena nos exercícios administrativos, legislativos, financeiros e políticos (BORBA; CERVI, 2019, p. 65). Os autores adicionam que os poderes executivos e legislativos assegurados constitucionalmente aos municípios lhes dão vasta autoridade política, econômica e social, dando como exemplo a organização e prestação de diferentes serviços públicos, como: transporte coletivo, planejamentos da educação e serviços de saúde (BORBA; CERVI, 2019, p. 66). Dentre estas razões, Borba e Cervi (2019, p. 66) concordam que apesar do grande prestígio dos municípios na esfera do poder político e organização partidária, há certa escassez de estudos em assuntos partidários a nível municipal com a configuração sociodemográfica.

## 2.2 PROCESSO DE FILIAÇÃO NO BRASIL E GRAU DE CONFIABILIDADE DOS DADOS DE FILIAÇÃO

De acordo com Mingardi<sup>1</sup>, as estatísticas de filiação no Brasil apesar de serem constantemente alvo de questionamentos, são mais consistentes que de muitas nações europeias (2018, p. 68). Conforme o autor, os partidos brasileiros estão impostos pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) de 15 de julho de 1965 a apresentarem a segunda via de inscrição dos filiados ao Tribunal Regional Eleitoral de suas zonas, e estes encaminham ao TSE.

A partir da Resolução 21.574 de Novembro de 2003, o TSE lançou o Filex, um sistema de registro online para as filiações partidárias facilitando o trabalho dos TREs. Desde de 2006, os dados do Filex passaram a ser cruzados com os do INSS para remover membros falecidos das listas. Com a nova Resolução 23.117 de 20 de agosto de 2009, foi possível com que os partidos administrem seus dados na plataforma com a ferramenta 'lista interna do partido', resultando assim em números mais refinados em relação ao passado. (MINGARDI, p. 69, 2018).

Com a alteração na Resolução TSE nº 23.596/2019 a cerca da filiação partidária, fica determinado à Justiça Eleitoral receber do diretório das agremiações os dados dos novos filiados por meio do Sistema de Filiação Partidária (FILIA), sistema este desenvolvido e lançado pela

---

<sup>1</sup> MINGARDI, Lucas Malta. MINGARDI, Lucas Malta. O ciclo da filiação partidária no contexto brasileiro. 2018. 177 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo 2018.

Secretaria de Tecnologia de Informação do Tribunal Superior Eleitoral e integrado ao Sistema de Gerenciamento e Informações Partidárias (SGIP).<sup>2</sup>

Phelipe Chaves Guedon<sup>3</sup> (2018, p. 162-163) ao estudar estatísticas de filiações ao PT no Estado do Rio de Janeiro constata a tendência de estabilidade do número absoluto de filiados, mas desta vez, com migrações internas de partidos maiores (mais antigos) às legendas menores de fundação mais recente. Embora grande parte dos filiados não demonstrem participação ativa, manter-se filiado não gera custos e não há preocupações com recadastramentos periódicos, ainda se presencia desfiliações a pedido dos filiados mesmo sob custos e burocracias. Pedidos de desfiliação por parte dos eleitores têm se acentuado desde 2014 e 2015. (GUEDON, 2018, 163-164).

Além do processo de desfiliação, há várias razões para o cancelamento de filiações previstos em lei, as duas maiores causas de desfiliação conforme Guedon (2018, p. 164) constata são as inconsistências nas datas de filiação ou dupla filiação (onde a mais recente prevalece). Os dados de desfiliação e cancelamento de filiação conforme a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995<sup>4</sup> se dão a partir da seguinte forma:

“Art. 19. Deferido internamente o pedido de filiação, o partido político, por seus órgãos de direção municipais, regionais ou nacional, deverá inserir os dados do filiado no sistema eletrônico da Justiça Eleitoral, que automaticamente enviará aos juízes eleitorais, para arquivamento, publicação e cumprimento dos prazos de filiação partidária para efeito de candidatura a cargos eletivos, a relação dos nomes de todos os seus filiados, da qual constará a data de filiação, o número dos títulos eleitorais e das seções em que estão inscritos.<sup>5</sup>

§ 1º Nos casos de mudança de partido de filiado eleito, a Justiça Eleitoral deverá intimar pessoalmente a agremiação partidária e dar-lhe ciência da saída do seu filiado, a partir do que passarão a ser contados os prazos para ajuizamento das ações cabíveis.<sup>6</sup>

§ 2º Os prejudicados por desídia ou má-fé poderão requerer, diretamente à Justiça Eleitoral, a observância do que prescreve o caput deste artigo.

§ 3º Os órgãos de direção nacional dos partidos políticos terão pleno acesso às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral.<sup>7</sup>

§ 4º A Justiça Eleitoral disponibilizará eletronicamente aos órgãos nacional e estaduais dos partidos políticos, conforme sua circunscrição eleitoral, acesso a todas as informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral, incluídas as relacionadas a seu nome completo, sexo, número do título de eleitor e de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), endereço, telefones, entre outras.<sup>8</sup>

---

<sup>2</sup> **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**. Resolução nº 23.596, de 20 de agosto de 2019. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/normas-editadas-pelo-tse/resolucao-no-23-596-de-20-de-agosto-de-2019-2013-brasilia-df-1>>. Acesso: 17 de outubro de 2023.

<sup>3</sup> GUEDON, Phelipe Chaves. O Declínio do PT? O Panorama dos Filiados do Partido no Estado do Rio de Janeiro. CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 27 (2018).

<sup>4</sup> BRASIL. Lei nº. 9.096, de 19 de setembro de 1995. Da Filiação Partidária. Brasília, DF: Lei dos Partidos Políticos, 1995. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-dos-partidos-politicos/lei-dos-partidos-politicos-lei-nb0-9.096-de-19-de-setembro-de-1995>. Acesso: 17 de outubro de 2023.

<sup>5</sup> [Redação dada pela Lei nº 13.877, de 2019](#)

<sup>6</sup> [Redação dada pela Lei nº 13.877, de 2019](#)

<sup>7</sup> [Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009](#)

<sup>8</sup> [Incluído pela Lei nº 13.877, de 2019](#)

Art. 21. Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.

Parágrafo único. Decorridos dois dias da data da entrega da comunicação, o vínculo torna-se extinto, para todos os efeitos.

Art. 22. O cancelamento imediato da filiação partidária verifica-se nos casos de:

I - morte;

II - perda dos direitos políticos;

III - expulsão;

IV - outras formas previstas no estatuto, com comunicação obrigatória ao atingido no prazo de quarenta e oito horas da decisão.

V - filiação a outro partido, desde que a pessoa comunique o fato ao juiz da respectiva Zona Eleitoral.<sup>9</sup>”

Conforme se constata, apesar de os dados do TSE sobre filiação sofrerem alguma desconfiança sobre sua acurácia, estes têm passado por uma espécie de pente fino com alterações e revisões na Lei dos Partidos Políticos visando a desburocratização e a facilitação graças ao desenvolvimento da tecnologia e a maturidade do sistema democrático.

De acordo com o comunicado do tse.jus.br<sup>10</sup>, ao se filiar, o eleitor deve estar de acordo com as exigências do artigo 14 da Lei dos Partidos Políticos que são: estar em pleno gozo de seus direitos políticos, ou seja, votar e ser votado e estar habilitado a exercer cargos não eletivos. Militares, magistrados, membros dos tribunais de conta, integrantes do ministério público devem observar ressalvas instituídas para consumir a filiação, e servidores da Justiça Eleitoral estão impedidos de se filiar.

O comunicado enfatiza a atenção que o interessado à filiação deve prestar ao estatuto do partido que se pretende ingressar por nele conter as normas e regras de suas atividades. Os partidos, no entanto, ficam encarregados de atualizar sua lista de filiados perante a Justiça Eleitoral de forma online através do Sistema de Filiação Partidária (Filia), a filiação se dá automaticamente conforme o Artigo 19 do LPP.

A Justiça Eleitoral recebe os dados com informações dos novos filiados através do Filia na segunda semana dos meses de abril e outubro. Caso não seja recebida a nova listagem na data limite, os dados da última atualização permanecem inalterados. Com isso, a JE fica

---

<sup>9</sup> (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

<sup>10</sup> Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Saiba como funcionam os processos de filiação e de desfiliação partidária. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Abril/saiba-como-funcionam-os-processos-de-filiacao-e-de-desfiliacao-partidaria>>. Acesso: 17 de outubro de 2023.

responsável de filtrar inconsistências e duplicidades para cancelar a filiação mais antiga para reconhecer a mais recente como exige o Artigo 22 da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997).

O portal Filia está encarregado de atualizar o município de residência dos filiados assim que for detectada a transferência do título eleitoral destes para um município diferente. Após detectar a migração do Título de Eleitor, o Filia deve informar a transação aos diretórios partidários em ambos os municípios; tanto de origem quanto de destino, e assim os filiados finalmente passam a integrar ao órgão partidário do novo domicílio.

No que se diz respeito a hipótese de fraudes nos dados sobre filiação partidária, Speck (2014) e Mingardi (2018) hesitam; pelo menos em valores significativos (SPECK, 2014 apud MINGARDI, 2018, p. 70). Dentre os principais motivos levantados para sustentar a desconfiança são: a burocracia para se conseguir documentação suficiente para completar a inscrição; filiações fraudadas podem representar parcela não-significativa no total de filiações; se comparados os números diários de novas filiações, não se verifica ondulações expressivas. No entanto, não há motivos para deixar o estudo dos dados de filiações de lado (MINGARDI, 2018, p. 70).

Ao traçar o momento com mais registros questionáveis à cerca da filiação; MINGARDI (2018; p. 71) atenta para o período que compreende os anos 1980 até 1995 quando foi criada a Lei dos Partidos Políticos (9.096/95) extinguindo o número mínimo de filiados exigidos para a criação de diretórios (MINGARDI, 2018, p. 71); essas circunstâncias levam autores a atentarem a estes dados com uma certa cautela – no que se diz respeito as fraudes, mas ainda assim, o volume de dados que possam caracterizar ‘fraude’ dentro do universo das filiações na época permanecem desconhecidos e carecem de estudos aprofundados (MINGARDI, 2018, p. 71 e 72).

Logo, Mingardi (2018, p. 144) conclui também que a idade do partido muito influencia na estrutura organizativa principalmente daqueles com origem anterior ao Filex em 2003, cujos efeitos se dão de forma independente da idade e da ideologia do partido. (PANEBIANO, 2005, p. 309-316 apud MINGARDI, p. 115).

### 2.3 ESTUDO DAS FILIAÇÕES E O PERFIL SOCIOECONÔMICO

No contexto das filiações partidárias, não é tão simples encontrar estudos que abordem o tema de maneira ampla e variada. Segundo Mingardi (2018, p. 19-21), existem pelo menos quatro padrões dominantes para analisar as filiações dentro da literatura. O primeiro padrão é a linha Michels-Olsoniana, que estuda o impacto do número de filiados dentro das estruturas da organização partidária. O segundo padrão está relacionado aos estudos de Maurice Duverger

sobre a diversidade dos filiados. O terceiro padrão, denominado *wilsoriano*, se concentra na estrutura de incentivos. Finalmente, o quarto padrão é a tradição que versa sobre uma "crise" de filiação no sistema partidário como um todo.

O contexto social e o lugar do indivíduo são pontos presentes nos estudos sobre filiados. De acordo com os escritos de Paludo, Borba e Gimenes (2018, p. 195-196), as pesquisas no campo das filiações geralmente investigam os incentivos e as trajetórias individuais e coletivas dos filiados, passando por uma rede de relações e oportunidades. A trajetória individual estaria motivada pelo estado de espírito, questões familiares e financeiras, enquanto a trajetória coletiva teria origem no campo ativista dos partidos, sindicatos e associações. O estudo dessas trajetórias deu início a uma vertente que os autores chamam de Sociologia do Militantismo, onde estudiosos como Gaxie e Fillueli estão entre as principais referências teóricas (PALUDO et al, 2018, p. 196).

Saindo das “trajetórias militantes” para o comportamento político, Paludo et al. (2018, p. 196) asseguram que a literatura sobre o recrutamento partidário predominantemente segue as observações de Norris, onde o recrutamento seria um produto das estruturas sociais atrelado a demandas institucionais e de Heidar que analisam perfil filiados-partidos como uma relação de troca onde os partidos se interessam por indivíduos para receber ajudas em campanhas eleitorais, mais legitimidade, ser âncora na sociedade civil e sustentação; ao passo que os indivíduos buscam dessa relação favores materiais, informações, benefícios e satisfações nos campos da tradição familiar, normas ou ideologia (HEIDAR, 2006; RIBEIRO, 2014 apud PALUDO et al., 2018).

A análise da posição social e do espaço ocupado pelos filiados é uma tradição nos estudos sobre filiações partidárias. No Brasil, a taxa de filiação partidária é impressionante e retoma as discussões iniciadas por Durveger sobre os partidos cuja característica se fundamenta na inserção em grupos sociais oferecendo benefícios aos filiados em troca, como destacado por Paludo e Heidar (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015, p. 127).

Dentre as pesquisas em ciência política que abordam o caso brasileiro em âmbito regional e municipal, destacam-se a análise do perfil dos filiados a partidos em São Paulo por Amaral (2014), a filiação partidária no contexto pré-eleitoral por Speck (2013) e o estudo da filiação partidária como uma variável relevante no Brasil por Cervi, Terron e Soares (2020).

O estudo de Cervi et al. (2020, p. 506-507) teve como objetivo avaliar o impacto das variáveis socioeconômicas nos municípios brasileiros, apontando o Pará como uma região de baixo impacto de filiações se comparado a outros estados da região norte e do país em geral,

com uma concentração de alto percentual em alguns municípios do sudeste paraense. Vale ressaltar que o estudo de Cervi et al. não detalhou as características dos municípios, e as médias de filiações municipais foram comparadas à nível nacional levantando questões sobre as concentrações geográficas de baixo, médio e alto impacto socioeconômico nas filiações.

Os dados socioeconômicos não se diferem muito na maior parte do estado portanto as taxas de filiação pouco variam de um município para o outro, com exceção da região sudeste paraense, conforme Cervi et al. (2020, p. 507) sugerem. Nacionalmente, ao se tratar do perfil ideológico dos partidos, nos municípios menos populosos a taxa de filiação é relativamente maior entre os partidos de direita, sendo puxada pelo período de eleições municipais onde os partidos desse espectro são os mais contemplados (SPECK, 2013, p. 49).

Historicamente, os municípios de economia mais industrial são onde os partidos de esquerda conseguiriam melhor recrutar filiados devido a uma presença mais forte do sindicalismo e outras reivindicações relacionadas à melhores condições de trabalho nesse campo (PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018, p. 196-197). Por fim, os municípios com mais famílias contempladas com o auxílio Bolsa Família são onde há menos filiações estatisticamente (SPECK et al., 2015, p.135), destacando que a maior parte destes municípios se concentram no Norte e Nordeste do país.

Em fevereiro de 2023, o número de brasileiros filiados a partidos políticos era de 15.867.735, o que representa cerca de 10,1% do eleitorado brasileiro. Esse número é comparável ao de países com democracias consolidadas. Speck et al (2015, p. 126-127) destacam que embora os filiados brasileiros sejam conhecidos por não estarem engajados ativamente como os filiados médios europeus, eles não estão lá de forma aleatória. Assim, esse número não pode ser ignorado.

### **2.3.1 As Filiações Partidárias e o Perfil Socioeconômico nos Municípios**

O percentual de eleitores filiados pelo território brasileiro conforme desvendados pela pesquisa de Speck (2013)<sup>1</sup> não se dá de carácter uniforme, pois 25% dos municípios com mais filiados possuem uma taxa de filiação superior a 21%. Na outra ponta, entre os 25% dos municípios com menos filiados a taxa de filiados é menor igual a 11%. Os municípios foram divididos em grupos A de menor igual a 5 mil eleitores, B de 5 – 10 mil eleitores, C 10 – 50 mil eleitores, D 50 – 200 mil eleitores e E maior igual a 200 mil eleitores. Os dados concluem que percentual de filiações nestas divisões obedece uma ordem crescente em relação dos mais populosos para os menos.

Ao fazer um gancho no trabalho de Emerson Urizzi Cervi, Sonia Terron e Glaucio Ary

Dillon Soares (2020), os autores objetivaram fazer uma análise sobre os dados dos filiados e como estes estão espalhados pelo país usando variáveis geográficas e socioeconômicas dos municípios para filtrar possíveis padrões do ritmo de filiação dos partidos entre os anos de 2014 e 2018. Nesse trabalho, os indicadores geográficos de urbanização foram agrupados por Região Metropolitana, proximidade e inter-relação que pudessem indicar influências de um município ao outro dentro de um agrupamento.

Outros indicadores foram utilizados como: o Indicador Demográfico formado pelas estimativas populacionais de 2015 divulgadas pelo IBGE, o Índice de Vulnerabilidade Social através dos dados divulgados pelo IPEA referentes ao ano de 2010; para o Indicador de Acesso a Conteúdos Digitais foram analisados os dados sobre a cobertura 3G divulgados pela Anatel; para os Indicadores Socioeconômicos estavam os dados do IBGE referentes aos valores produzidos por atividades agrícola e industrial dos municípios para o ano de 2015.

Os resultados mostraram que a variável de inclusão em regiões metropolitanas não demonstra impacto significativo (apesar de positivo) das filiações como se esperava na hipótese inicial dos autores. Os impactos por agrupamentos “regiões de influências municipais” variam pelo território, nos municípios que apresentam maiores taxas de acesso a conteúdos digitais junto com os mais industrializados apresentam um impacto negativo sobre a proporção de filiados, os municípios de maiores Índices de Vulnerabilidade Social também apresentam taxas de filiações mais reduzidas e os de maior percentagem na receita de agricultura são os mais impactados pela onda de filiação.(CERVI et al, 2020, p. 513).

---

<sup>1</sup> SPECK, B. W. “Nem ideológica, nem oportunista: a filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil”. Cadernos Adenauer, vol. 14, nº 2, p. 37-60, 2013

A respeito das divergências por regiões e municípios, Speck et al (2015, p. 144) especularam que as taxas de filiação são maiores nos municípios menos populosos conforme constatado a sua pesquisa de 2013; para ele, esse fato leva a indagar que os processos de filiação, recrutamento partidário podem estar “mais intensamente associados às proximidades interpessoal do que indicam as teorias clássicas da identificação.”, um desses motivos seria as convenções partidárias nos primeiros meses do ano eleitoral de campanha nas eleições municipais (2013, p. 46).

Cervi et al (2020, p. 517), portanto, ao analisarem cada município com base nas suas características socioeconômicas concluem que, nas regiões metropolitanas, o mercado e as indústrias causam forte impacto na vida dos cidadãos, proporcionando trabalho e atendendo

várias demandas da sociedade. Por outro lado, as agendas de municípios nos municípios em porções mais rurais são supridas pelo Estado e pela política, levando os eleitores de municípios pequenos a enxergar a filiação como uma ferramenta de acesso a este Estado.

Ao conciliar as conclusões de Cervi et al (2020), Speck (2013) e Speck et al (2015) a respeito do resultado dos seus estudos, leva-se a concluir que nos municípios pequenos o processo eleitoral impacta mais em relação aos demais. Visto que as eleições para prefeito e vereadores acarretam entre 300-500 mil novos candidatos disputando cargos políticos através do voto, aumentando consideravelmente o número de filiados a partidos especialmente nas cidades menores de baixa industrialização, frente aos aproximadamente 20 mil nas campanhas de eleições nacionais. (SPECK, 2013, p. 46).

As literaturas disponíveis falam pouco sobre a situação da filiação dos padrões de filiação no Pará. Mas pelo pouco o que se constata nas referências usadas na construção deste embasamento teórico, observa-se dados característicos da Região Norte e do Pará, o que motiva a uma análise mais profunda sobre estes recortes regionais.

Cervi (et al, 2020, p. 506) apuraram com a variável “região e proximidade de influência” que a Região Norte é a terceira região menos impactada com os percentuais de filiações em âmbitos municipais ficando atrás somente das regiões Sudeste e Nordeste. O Estado do Pará, especificamente, “destoou pelas baixas médias de filiações em comparação aos outros estados da Região.” (CERVI, et al, 2020, p. 507).

Agora, ao fazer um balanço a nível regional, um outro estudo elaborado por Speck, Braga e Costa (2015, p. 134), dessa vez com base em pesquisa *survey* levantada pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) realizada com a participação de 2.506 pessoas de todas as regiões, entrevistados que se disseram moradores da Região Norte que se declararam estarem filiados a algum partido foi de 5,1%. Dentre os nortistas filiados e não filiados que declararam sentir proximidade a algum partido foi de 28,5%, acima da média nacional. E o percentual de nortistas que declararam sentir empatia em pelo menos algum dos partidos foi de 36,5%, também acima da média nacional.

O Pará então, se firmou como um estado discrepante no mapa de decis elaborado pelos autores sendo uma “região de influência” de impacto negativo causado pelas baixas taxas de filiação sendo apontado pelos autores como uma região estatisticamente conformada. (CERVI et al, 2020, p. 508). A coloração do mapa dos municípios por filiações ficou basicamente uniforme pelo vasto território do estado com exceções das regiões Oeste e Sudeste do Estado.

Esses dados levam a crer que o estado mais populoso da Região Norte necessita de uma atenção mais aprofundada no trabalho que está a ser proposto. Analisar a situação do Pará com mais profundidade é fundamental, tendo em vista que se trata de um estado que apresenta taxas de filiação um tanto peculiares em relação a outras regiões do país. É preciso, portanto, investigar mais a fundo as particularidades das tendências de filiação no estado do Pará para compreender suas especificidades e buscar respostas adequadas para o seu contexto.

#### 2.4 PARTIDOS DE ESQUERDA, CENTRO E ESQUERDA: CARACTERÍSTICAS

Qual é a característica desses partidos? O presente projeto propõe a dividir os partidos do universo multipartidário brasileiro entre partidos de “direita”, “centro” e “esquerda” para poder examinar qual grupo se mostra como o mais preferido pelos municípios paraenses conforme as suas diferenças socioeconômicas. Mas, sob qual ótica esses grupos serão divididos dentro desse espectro?

Separar o que é “esquerda” e “direita” não é uma tarefa simples como fora dito por não haver um consenso universal sobre onde traçar a fronteira entre um espectro e outro. Noberto Bobbio, crítico a forma de separar a política dentro desses dois polos, ensina que ambos os termos são resultado de uma tentativa de simplificar programas contrapostos entre ideias, interesses e valoração a respeito da forma em que a sociedade deve seguir (BOBBIO, 1994, p. 33). Porém, entre os dois polos, há o reconhecimento de ideologias partidárias que se situam ao meio, o intermediário entre um e outro e que não cancela nenhum dos lados, essa posição se denomina “centro” (BOBBIO, 1994, p. 35-36).

O Centro, por sua vez, é uma complementação dos extremos, como se fosse o intermédio do dia pela noite através do crepúsculo – ilustração feita por Bobbio, não importa o seu tamanho, se é mais longo ou mais curto, ele sempre estaria ligado aos dois eixos existentes (BOBBIO, 1994, p. 36). O centro se dividiria entre a sua parte mais próxima à esquerda (centro-esquerda) ou mais próxima à direita (centro-direita). A ala da esquerda que se opõe ao centro é conhecida como extrema-esquerda e a extrema-direita é a ala da direita que se opõe ao centro, também há a ala do centro que se opõe aos dois polos, conhecida como “centro-centro” (BOBBIO, 1994, p. 36-37).

Inspirado em Laponce, Bobbio explica as principais diferenças entre a direita e a esquerda. Ambos os termos surgiram com a vitória da burguesia na Revolução Francesa, o surgimento da diáde fora comparada por Laponce como contraste tradicional, tais como “quente-frio”, “bem-mal”, “bonito-feio”, etc, essas separações nas nações de política mais a

direita foram inspiradas na dualidade expressa na religião, onde o tradicional e a religião eram representados pela direita; a destruição, profanação, mudanças seriam representadas pela esquerda, ao passo que nas repúblicas de maioria esquerdista, a esquerda significava avanço, criatividade, futuro e justiça, a direita era vista como o oposto de tudo isso. (LAPONCE, 1981 apud BOBBIO, 1994, p. 76).

Com o passar do tempo, outros cientistas políticos do mundo Ocidental passaram a definir o conceito de esquerda-direita com algumas divergências. Bobbio (1994, p. 79) relembra que o italiano Dino Cofrancesco alega que os conceitos direita-esquerda tomam nova roupagem após a dessacralização do marxismo-lenismo, a direita, passa então a exprimir a defesa da natureza e da terra, da herança, do passado e da tradição e não mais exclusivamente o “sacro”; a esquerda representaria agora a libertação do homem do poder injusto e opressivo.

Por fim, Bobbio conclui que esses termos são flexíveis, onde suas qualidades geralmente dependem do ponto de quem vê, além do mais, são termos de significado em constante mudança dependendo da época, do espaço, do governo, das lideranças, etc. (BOBBIO, 1994, p. 91-92). O principal propósito de Bobbio nesta obra foi de argumentar que tais termos já não conseguem mais definir com exatidão a dinâmica dos partidos políticos Ocidentais atualmente, mas ainda assim os termos são frequentemente usados desde o senso comum até as publicações científicas. (BOBBIO, 1994, p. 63).

#### **2.4.1 Quais são os Partidos de Direita, Esquerda e Centro no Brasil contemporâneo?**

Ao fazer um recorte na democracia brasileira, a classificação dos partidos políticos brasileiros é altamente dinâmica. Bruno Bolognesi, Ednaldo Ribeiro, Adriano Codato (2023, p. 2) alegam que mudanças são frequentes dentro do espectro de classificações entre esquerda-centro-direita devido à mudança de agendas partidárias, entrada e saída dos partidos, alternância dos postos, etc.

Vale destacar que o conceito deste tipo de espectro político no Brasil contemporâneo apresenta algumas diferenças se comparado aos conceito tradicional e internacional apresentado por Bobbio (1994) apresentado no tópico anterior, o quadro a seguir apresenta algumas dessas variações:

Quadro 1 – Histórico do Ponto de Vista sobre Esquerda e Direita segundo Bobbio e Bolognesi et al.

<b>Ponto de Vista</b>	<b>Esquerda</b>	<b>Direita</b>
Direita Tradicional (BOBBIO, 1994)	Destruição, profanação	Sagrado, tradição
Esquerda Tradicional (BOBBIO, 1994)	Avanço, criatividade, futuro, justiça	Estagnação, retaguarda, arbitrariedade
Definição Ocidental Moderna (pós-sacralização do estado) (BOBBIO, 1994)	Libertação do homem do poder injusto e opressivo.	Defesa da pátria, da herança, de memórias e da tradição.
Contexto Brasileiro Atual (BOLOGNESI et al, 2023)	Defesa ou construção da Igualdade Social.	Menos intervenção estatal na economia.

Fonte: Bobbio; Bolognesi et al. (elaboração própria).

No decorrer do estudo sobre a classificação dos partidos brasileiros atualmente dentro do espectro, Bolognesi et al. (2023, p. 3) observa que esse assunto é muitas vezes deixado de lado pelas literaturas da área da política brasileira sob a hipótese de que a política nacional estaria mergulhada no personalismo e pela patronagem (MAINWARING, 1993; AMES 2003 apud BOLOGNESI et al, 2021, p.3), os autores entendem que a situação brasileira é de “baixa programaticidade permanente”.

Por outro lado, Bolognesi et al têm observado uma clareza da clivagem ideológica e impactos no núcleo da condução da coisa pública e no comportamento legislativo. Logo, mensurar a ideologia partidária pode acarretar as características dos programas partidários, comportamento dos representantes, comportamento eleitoral, composição social, percepção de seus representantes ou na percepção de experts que foi a metodologia usada pelos autores no recente artigo *Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Brasileiros*, de 2023.

Para a apuração deste trabalho, os autores aplicaram um *survey* para membros da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em junho de 2018, a maior parte dos respondentes era composta por doutores da área representando 48,8% dos participantes, os mestres foram 32,8% e os graduados 18,8%. O questionário solicitava-os a organizar todos os trinta e cinco partidos no eixo direita-esquerda numa escala de 0 a 10. (BOLOGNESI et al, 2021, p. 4).

Diante tantos conceitos e visões diferentes a respeito da diferença entre esquerda e direita, os autores atenuam que tal divisão tem obedecido unicamente a linha da defesa da intervenção estatal na economia (DOWNS, 1999 apud BOLOGNESI et al, 2021, p.5), e a defesa da igualdade social ou construída (BOBBIO, 1995; BOLOGNESI, 2021, p. 5). Os resultados obtidos pela consulta com os especialistas refletirá um misto de pontos de vistas de lugares,

experiências e tempos diferentes vividos por cada um dos respondentes.

Com a grande diversidade partidária presente no Brasil, é explicado no texto que muitos partidos tornam-se confusos de serem classificados como no caso do Partido Verde – PV, Rede e MDB por não apresentarem agendas claras ideologicamente falando, o PV está mais ligado a defesa do Meio Ambiente, o Rede é mais percebido como programático e o MDB é reconhecido como um partido *catch-all*, ou seja, atua em vários lugares e situações diferentes pelo país, hora ao lado da direita, hora da esquerda e hora do centro. (KINZO, 1988 apud BOLOGNESI et al, p. 10).

Na legenda, Bolignesi et al (2021, p, 14-16) dividiram a escala entre extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita e extrema-direita baseados na pontuação média que variou entre 0,51 e 8,57.

A extrema-esquerda é composta por aqueles partidos que pontuaram uma média entre 0 e 1,5. As principais características desses partidos é a reputação de serem “antissistema” (SARTORI, 1980; RIBEIRO, 2003 apud BOLOGNESI, 2021, p. 14), além de não terem preocupação de agregar votos, propõem o desmonte do sistema eleitoral por outras vias além da eleitoral (2021, p. 14). A esquerda é composta por aqueles partidos que pontuaram entre 1,51 e 3 onde estão aquelas agremiações que caminham para uma ampliação abrindo mais espaços próximos a centralidade do eixo, explicam (2021, p. 14).

A centro-esquerda, para os autores, está mais próxima do centro do que da própria esquerda, estes partidos pontuam a média de 3,01 a 4,49, geralmente não mostram clareza em muitos pontos de suas agendas e às vezes tomam direcionamentos sem sentido. A centro-esquerda, assim como o centro, partidos com a média entre 4,5 e 5,5, se mostram preocupados com a conquista de votos e patronagem, eles são reconhecidos por sempre estarem fazendo composição no governo via eleição ou via patronagem (2021, p. 15).

Para definir a centro-direita, partidos que pontuam entre 5,51 e 7, e a direita, partidos que pontuam média entre 7,01 e 8,5, os autores mostraram ter dificuldade em trazer uma descrição padronizada baseada no comportamento e na pontuação destes, primeiro porque o PSDB conforme eles argumentam (2021, p. 15), está fortemente balanceado entre a dimensão *vote* e *policy seeking* da classificação, o Novo está mais ligado a uma perseguição sistemática igual aos partidos de esquerda, alegam.

Os partidos classificados como extrema-esquerda, que ficaram com pontuação entre 8,51 e 10, foram apenas dois, o Patriota com 8,55 e o DEM com 8,57. Por a pesquisa não ter mergulhado na justificativa da classificação dos partidos pelos participantes, o caso do DEM

não fica exatamente claro se for comparado com a descrição dada por Bobbio (1994) no tópico mais acima, onde ele classificou a extrema-direita como oposta à esquerda e ao centro, haja visto que o DEM sempre esteve a serviço do PSDB (CARRERÃO, 2006; BOLOGNESI, 2013 apud BOLOGNESI, 2021, p. 15).

O Patriota, por sua vez, já pendia mais para o braço político no meio evangélico pentecostal desde quando atendia pelo nome de Partido Ecológico Nacional (PEN) e sofre uma alteração com o objetivo de receber o maior nome cogitado ao cargo da presidência no ano de 2018.

Contudo, valorizando a produção recente sobre as classificações dos partidos nacionais dentro do famoso espectro esquerda-direita, o trabalho proposto se atenuará a obedecer a esta classificação de forma ainda mais aprofundada ou talvez somando novos vieses de outros autores a fim de colaborar com mais profundidade com a acurácia das posições ideológicas dos partidos.

Sobre a tendência de filiações, entre os anos de 2002 e 2012, Speck (2013, p. 43) verifica que partidos mais tradicionais, tais como: PMDB, PP e DEM caem vertiginosamente em filiações, mas partidos de correntes correspondentes, tais como PSDB, PSB e PT, são os que mais emergiam em número de novos associados através de filiações, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT). Talvez o período pós manifestações de 2013, impeachment de Dilma e eleições de 2018 essa situação deve ter sofrido alguma mudança no curso.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FILIAÇÕES NO ESTADO DO PARÁ

No conteúdo da seção anterior, constatou-se na literatura contemporânea nacional diversos fatores apontados como circunstâncias de filiações, dentre estes: o contexto eleitoral (Speck, 2013), os fatores socioeconômicos e configuração geográfica (Cervi et al, 2018), perfil dos eleitores e ideologia (Speck; Braga; Valeriano, 2015), entre outros. Contudo, nesta presente seção, serão apresentados o contexto social, econômico, geográfico, além de um breve histórico dos partidos com mais filiados no Pará. Estes, além de terem um peso relativo maior em todo o universo de filiação no estado, já possuem uma literatura mais densa sobre seus processos de popularização e crescimento de suas influências política.

O contexto eleitoral conforme mencionado por Speck (2013) pode significar um incentivo para as filiações por diversos fatores, a começar pela legislação que obriga a filiação dos interessados à candidatura. É neste momento eleitoral que são mais frequentes as mobilizações e articulações nos diretórios municipais. Além do mais, a competição eleitoral em si demanda apoiadores e o ciclo pós-eleição também pode afetar estes números, em especial dos partidos dos políticos vitoriosos nas eleições para o governo do estado (Bittencourt e Silva, 2015), conforme será explanado pelos achados teóricos a seguir.

Para deixar a argumentação mais elaborada, foram consultados alguns dados disponíveis no portal <[tre-pa.jus.br](http://tre-pa.jus.br)> sobre a estatística de filiados entre o período que compreende os anos de 2002 e 2022 sempre buscando alinhar com a literatura usada. Dados do número de municípios que cada um dos partidos possuíam diretórios vigentes (permanentes e provisórios) também foram examinados para melhor visualizar as discussões trazidas por Amaral (2011), Braga, Rodrigues-Silveira e Borges (2012), Silva (2017) sobre a importância destes órgãos na propagação das filiações partidárias pelo território.

#### 3.1 O IMPACTO DAS ELEIÇÕES GOVERNAMENTAIS NA FILIAÇÃO PARAENSE

Bittencourt e Silva (2015) conduziu um estudo sobre onda de filiações em âmbito estadual a fim de verificar dados de novas filiações ao partido do governador eleito. Em sua hipótese inicial, as adesões aumentavam significativamente ao partido do governador atual caindo a adesão após a substituição do governo. Ao verificar as estatísticas do TSE no contexto paraense, Bittencourt e Silva (2015, p. 23) observa uma preferência ao ingresso em duas siglas “PT” e “PSDB”; especificamente após as eleições para o governo do estado entre 2006 e 2014, quando as duas agremiações elegeram candidatos.

Assim, ficou constatado que após a eleição de Ana Júlia Carepa (PT) em 2006, o Partido dos Trabalhadores obteve aumento sua participação no número de filiados nos anos de 2006 e 2007, subindo de 0,62% para 0,82% (Bittencourt e Silva, 2015, p. 24). Por outro lado, o PSDB estabilizou sua participação com apenas 0,01% ponto de descréscimo, indo de 0,69% para 0,68% no mesmo período (Bittencourt e Silva, 2015, p. 24). Nessa situação, o PT pela primeira vez ultrapassa o PSDB em números de filiados no Pará, os partidos ocupam até os dias de hoje a 2º e 3º colocação no ranking de filiações no estado.

Com a troca de partido resultante das eleições de 2010 que deu vitória ao candidato do PSDB, Bittencourt e Silva (2015, p. 25-26) verifica que o partido tucano voltou a ter o maior crescimento percentual no incremento de filiados entre os anos de 2010 e 2011, em torno de 13,64%. Desta vez, o Partido dos Trabalhadores ainda obteve crescimento – de 9,05%, passando de 1,01% para 1,14% do total de eleitores. No entanto, o PSDB atingiu em 2011 o total de 0,73% no número de filiados sobre o total de eleitores, contra 0,65% em 2010 (Bittencourt e Silva, 2015, p. 26). A autora alega que não houve evidências dos resultados nas eleições presidenciais nos *trends* de filiação estadual nos anos de 2006, 2010 e 2014. (Bittencourt e Silva, 2015, p. 28).

Deve-se destacar que em 2018, nem o PT nem o PSDB disputaram o segundo turno com o MDB. Nas eleições presidenciais, o PT sofre derrota em 2018 e conseqüentemente não assumindo a presidência em 2019, mas então o que explicaria seu crescimento constante em filiações frente aos demais no estado mesmo em época de governadores não petistas? Há outras alternativas significativas para além vitórias nas eleições e a presença no executivo do estado que contribuam para o crescimento contínuo de filiados ao Partido dos Trabalhadores?

Guedon (2018) ensina que houve no país uma tendência de seleção mais afetiva no campo ideológico às candidaturas onde dois partidos se destacaram: o PT e o DEM (Bolognesi, 2009 apud Guedon, 2018, p. 158), naquela época, candidaturas lançadas pelo Partido dos Trabalhadores eram demasiadamente formadas por profissionais da educação e o Democratas (atual União Brasil) por profissionais liberais (Guedon, 2018, p. 158). Guedon traz mais informações levantadas por Amaral (2014) entre os filiados no Estado de São Paulo, onde ficou constatado que os motivos das filiações baseada em “convicções políticas” colocou o PT no topo da lista com 61,9% dos respondentes, indicando essa alternativa como o principal interesse à filiação. (Amaral, 2014 apud Guedon, 2018, p. 159).

No Pará, Edir Veiga (2018) explica que o PT nasce e se desenvolve fora do sistema partidário do contexto do regime militar por meio dos movimentos sociais, sindicatos, alas

progressistas da Igreja Católica, da esquerda socialista e outros (Petit, 1996 apud Veiga, 2018, p. 120) como uma grande alternativa alheia a frente institucional até então representada pelo MDB (Veiga, 2018, p. 120). É pontuado também que o PT tem se firmado como grande competidor nas disputas legislativa no Pará, além de firmar-se como referencial político ideológico de vínculo com a classe trabalhadora (Veiga, 2018, p. 120).

### **3.1.1 Trajetória dos partidos com mais filiações no Pará nos últimos 20 anos**

#### **3.1.1.1 Metodologia**

Os primeiros dados sobre a filiação partidária no Pará são citações do trabalho intitulado “Reflexos do Poder na Filiação Partidária – Uma Análise de Governos Estaduais” de Bittencourt e Silva; onde as ondas de filiações aos partidos dos governadores (PT e PSDB) eleitos entre o período de 2006 e 2014 foram analisados entre os anos de eleição e o seguinte, por exemplo:

- a) PT de Ana Júlia Carepa: 2006 e 2007;
- b) PSDB de Simão Jatene: 2010 e 2011;
- c) PSDB de Simão Jatene: 2014.

A seguir, como forma complementar ao balanço elaborado por Bittencourt e Silva, buscamos os mesmos dados no site do TSE das filiações ao PT e PSDB no período anterior, ou seja, 2002, e no período posterior a 2014 até 2022, seguindo o padrão. Por conta da vitória de Helder Barbalho em 2018 e 2022, o MDB também será analisado dentro do mesmo período de 20 anos:

- a) PSDB de Simão Jatene: 2002 a 2022;
- b) PT de Ana Júlia: 2002 a 2022;
- c) MDB de Helder Barbalho: 2002 a 2022.

Para isto, com a intenção de complementar a argumentação de Bittencourt e Silva (2015) serão utilizados números de filiações dos “partidos dos governadores” extraídos do portal “estatística do eleitorado” do Tribunal Superior Eleitoral. A autora utilizou os números referentes ao PSDB e PT do período de 2006 a 2014, aqui o período analisado compreenderá os anos de 2018 e 2022 com adição do MDB que além de ser o partido do atual governador, reúne também o maior contingente de filiados.

O mês de outubro foi escolhido como mês de referência para cada um dos anos analisados por ser o único mês com dados disponíveis para o ano de 2002; para 2006 não há dados disponíveis para o mês de outubro, logo, o mês mais próximo de outubro com dados disponíveis, dezembro, será a referência para aquele ano.

Os números estarão agrupados em uma tabela dividida entre os partidos dos governadores (PT, PSDB e MDB) no período de eleições federais e estaduais entre 2002-2022, obedecendo os intervalos de 4 anos, com o número absoluto de filiados e o percentual que o montante de cada um desses partidos representa sobre o universo total de filiados.

### 3.1.1.2 Discussão e Resultados

De acordo com estes dados, no período que compreende 20 anos (2002-2022); o MDB, PT e PSDB continuam a ocupar as três primeiras posições no ranking de filiação no estado. No ano de 2002, ano de eleição presidencial, os partidos PT e PSDB foram ao segundo turno no estado para disputar os cargos para presidente e governador no estado, onde Lula (PT) e Simão Jatene (PSDB) saíram vitoriosos.

Em comparação com o ano de 2006, os três partidos perderam participação em percentuais em relação aos demais. Dentre as três siglas, o partido do governador eleito em 2002 fora o que sofreu a menor retração, caindo 0,58 pontos percentuais entre o período de 4 anos, o PT perdeu 1,04 pontos de participação, no caso do MDB, que não disputou segundo turno, a perda foi de 2,89 pontos.

No período que compreende os anos de 2006 e 2010, período em que Ana Júlia Carepa (PT) esteve no poder em paralelo a Lula, o Partido dos Trabalhadores reverte a perda na participação e ganha 3,85 pontos de participação batendo seu teto de 13,05% no período analisado de filiados no estado. Por outro lado, tanto PSDB quanto MDB perderam participação.

No ano de 2010, Simão Jatene do PSDB vence a disputa eleitoral para o cargo de governador, até o ano de sua reeleição em 2014, o partido tucano dentre os três com mais filiados no estado foi o que menos perdeu participação perante aos demais partidos já existente e aos novos, com menos 0,37 em relação a 2010, o PT mesmo sendo o que mais ganhou novos filiados em números absolutos, basicamente se estabilizou percentualmente com um acréscimo de 0,73. O MDB perdeu 2,15.

Em 2018, o padrão observado por Bittencourt e Silva (2015) persiste no Pará e o partido do governador reeleito, o PSDB, se manteve estável na participação com uma pequena redução de 0,36 pontos pontos; o PT perdeu 1,51 pontos após passar pelo período sem um nome competitivo para o cargo do governo do estado. Neste ano, o candidato Helder Barbalho do MDB é eleito ao cargo de governador contra Márcio Miranda (DEM) apoiado por Simão Jatene assumindo em 2019, marcando a volta do partido ao cargo do executivo paraense, após mais de

duas décadas quando seu pai Jader Barbalho do até então PMDB<sup>11</sup> renunciou o cargo em 3 de abril de 1994.

Tabela 1 – Filiação aos Partidos do Governo do Pará (2002-2022)

	2002		2006		2010		2014		2018		2022	
	Abs.	(%)										
MDB	47784	19,31	46198	16,42	59630	15,38	63432	13,23	68983	12,14	70344	11,98
PT	25330	10,24	25878	9,20	50609	13,05	59084	12,32	61421	10,81	59502	10,13
PSDB	26537	10,72	28543	10,14	31008	8,00	36573	7,63	41331	7,27	39543	6,73
Outros	147788	59,73	180734	64,24	246582	63,58	320503	66,83	396589	69,78	417955	71,16
<b>Total</b>	<b>247439</b>	<b>100</b>	<b>281353</b>	<b>100</b>	<b>387829</b>	<b>100</b>	<b>479592</b>	<b>100</b>	<b>568324</b>	<b>100</b>	<b>587344</b>	<b>100</b>

Fonte: TSE (elaboração própria).

No período até 2022, o padrão do partido do governador ser impactado no número de novas filiações se concretiza mais uma vez, neste período do primeiro mandato de Helder Barbalho (MDB), o partido foi o que mais se estabilizou percentualmente ao recuar “miseros” 0,16 pontos, sendo o que mais obteve aumento absoluto em números dos três analisados, o PT perdeu 0,63 pontos e o PSDB também sem ao menos um nome competitivo para as eleições estaduais em 2022 recuou 0,54 pontos. Tanto o PT quanto o PSDB tiveram redução no número absoluto de filiados. O avanço da tecnologia de informação pode ter impactado os números com o avanço da identificação de eleitores e filiados não mais ativos.

### 3.2 HISTÓRICO DOS PARTIDOS COM MAIS FILIADOS NO PARÁ

Em julho de 2022, o MDB, o PT e o PSDB eram os partidos com mais filiados no Pará, com respectivamente 12%, 10,1% e 6,7% de filiados totais no estado. Assim como no restante do país, essas três siglas possuem um *background* na militância local que pode ser traçada para bem antes da redemocratização. Veiga (2018, p. 119-120) explica que o PMDB/MDB ganhara popularidade entre os paraenses desde as eleições de 1982 quando serviu como principal oponente ao partido do regime militar PDS (antigo Arena).

Com a reabertura ao multipartidarismo, várias siglas surgiram do meio do PMDB (PCB/PPS, PCdoB) assim como no meio do PDS (PTB, PL/PR, PFL/DEM) e estes estabeleceram-se como uma elite política no Pará majoritariamente de direita e centro (Veiga, 2018, p. 120). O PT e o PDT emergiram como alternativas oriundas da realidade socioeconômica vivida pela população paraense desde a década de 1990 (Veiga, 2018, p. 120).

Após a redemocratização no final dos anos 1980, o governo do estado e as prefeituras dos

<sup>11</sup> O “PMDB” volta a adotar a precedente sigla “MDB” em 19 de dezembro de 2017, após decisão dos delegados do partido.

municípios assistiram a consolidação do MDB e PSDB, assim como fora assistido o crescimento do Partido dos Trabalhadores que se acentuou nos governos Lula e Ana Júlia (2006-2010).

O PMDB/MDB inicia o período de redemocratização no executivo paraense com Hélio Gueiros (1987 e 1991) e Jader Barbalho (1987 e 1994) que também havia estado no cargo entre 1983 e 1987. Barbalho e seus familiares constituem a principal dinastia política do estado do Pará. Conforme Ghedine (2001) Jader Barbalho, inicia a vida política aos 23 anos como vereador pelo MDB em 1967, chegou ao cargo de deputado estadual em 1974, se reelegendo em 1978. Nos anos 80, ocupou o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, posteriormente da Previdência Social.

Foi eleito governador em 1990, em 1994 foi o mais votado para o cargo de senador, se aproximou dos psdbistas e foi eleito presidente do senado com apoio dos tucanos por 41 votos após ser derrotado em 1998 no segundo turno das eleições governamentais por Almir Gabriel (PSDB). Jader Barbalho além de político, é um grande empresário proprietário do jornal (Diário do Pará) e da emissora de rádio e TV (RBA).

A trajetória do MDB de Jader Barbalho no poder executivo paraense foi retomada na vitória de seu filho Helder Barbalho nas eleições para governador do estado em 2018. Helder é natural da capital paraense, Belém. Filho da até então política Elcione Barbalho (MDB), atual deputada federal pelo Pará e irmão de Jader Barbalho Filho que desde 2023 é Ministro das Cidades do Brasil.

Helder é graduado em administração pela Universidade da Amazônia (Unama), e sua carreira política se iniciou aos 21 anos como vereador do município de Ananindeua com mais de 4 mil votos. No ano de 2002 foi o deputado estadual mais votado, com mais de 68 mil votos. Em seguida, tornou-se prefeito pelo mesmo município de Ananindeua tomando posse em 2005, se reelegendo em 2008.

No ano de 2014 lançou sua candidatura para o governo do estado onde quase se elegeu no primeiro turno com 49,88% dos votos válidos, mesmo as pesquisas indicando vitória sem segundo turno, mas foi derrotado numa virada histórica no segundo turno por Simão Jatene do PSDB que somou 51,92% dos votos válidos. Em 2018, Helder Barbalho novamente se lança ao governo paraense vencendo no segundo turno com 54% dos votos válidos após derrotar o candidato Márcio Miranda do Democratas apoiado pelo até então governador Simão Jatene pela coligação “Em defesa do Pará” onde o partido tucano também faz parte.

Marques et al (2023, p. 93-94) mencionam alguns fatores que possam ter auxiliado a

vitória de Helder, como por exemplo a lacuna deixada por lideranças históricas psdebistas, a desarticulação na esquerda, a perda de força dos tucanos no cenário nacional disputado por Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSC) marcada pela personificação política que se expandia pelo mundo emplacando vitórias de políticos da *far-right*, e diferente de outros estados, no Pará não houve um candidato que estivesse ligado ao Bolsonaro ao ponto de competir com o candidato do governador e o candidato do MDB (Marques et. al, 2023, p. 94).

Nos anos do primeiro mandato de Helder, o governador obteve alta popularidade perante às pesquisas de opinião; segundo Marques et al. (2023, p. 94-95), o governo tomou medidas tradicionais a política do MDB que consiste em assistencialismo robusto com a finalidade de barrar a formação de uma oposição organizada e consistente, além da proximidade com os representantes legislativos das três esferas dos entes federativos (união, estado e municípios), os autores lembram que a economia de vários municípios paraenses dependem das ações do executivo que gerem incentivos mais eficazes (Marques et al., 2023, p. 95).

Marques, Oliveira e Oliveira (2003) caracterizam o MDB como ‘bem-estruturado’ e sob o controle dos Barbalho desde os anos 1980, como mais um caso de ‘dinastia familiar’. Esta situação, levanta os autores, beneficiou uma trajetória para a composição nos cargos legislativos formando maioria na Assembleia Legislativa do Pará a contribuir para o avanço de pautas do executivo exercido por Helder Barbalho, com destaque às medidas emergenciais durante o período da pandemia da Covid-19 (Marques et al., 2023, p. 108). Helder Barbalho (MDB) foi reeleito em 2022 com um pouco mais de 70% dos votos válidos.

Ao adentrar no caso do PSDB no Pará é quase indispensável não falar também da coligação União Pelo Pará<sup>12</sup> que serviu de ferramenta para a estratégia política do partido tanto em Belém quanto nos municípios do interior (França, 2022, p. 200). França (2022) destaca Almir Gabriel como liderança do partido tucano na busca de sua consolidação como uma elite política através da máquina estatal.

Durante o período de atividade da União Pelo Pará (entre os anos de 1995 e 2006), Almir Gabriel sobe ao cargo de governador, após derrotar Jader Barbalho (MDB) em 1998. Em seguida, consegue sua reeleição e seu sucessor Simão Jatene (PSDB) o substitui no cargo completando 12 anos do partido no principal cargo do executivo no estado. No ano de 2004, o partido já avançado pelos interiores paraenses chega a lançar 102 candidatos as prefeituras naquele ano, valor correspondido a 71% das prefeituras existentes na época.

---

<sup>12</sup> Coligação liderada pelo PSDB entre os anos de 1995 e 2006, nas eleições de 2006, a União Pelo Pará chegou a ser composta por quatorze partidos, além do partido tucano: PAN; PFL; PHS; PL; PMN; PP; PRONA; PRTB; PSC; PTB; PTdoB; PTC e PV.

França (2022, p. 113) observa que na capital Belém não houve uma preocupação ou esforço por parte das lideranças tucanas locais para eleger candidato à prefeitura, o que para ele reforça a ideia de que esse caminho seria uma estratégia política do até então governador Almir Gabriel que buscava conter disputas internas no maior colégio paraense o que poderia causar uma ruptura na coligação ou nas lideranças do próprio partido no estado.

Outro ponto pertinente levantado por França (2022, p. 216) é que o mesmo caracteriza o PSDB como um “partido de quadros” conforme a definição de Durverger (1967), onde o partido não tem grande foco em atrair grande número de filiados, mas sim, membros que expressem alta competência com prestígio e poder firmado. Vale lembrar que entre os anos de 2006 e 2007, ano da derrota do PSDB ao governo do estado e o fim da União pelo Pará, conforme Bittencourt (2015) analisou, o PSDB perde participação no número de filiados e cai do segundo para o terceiro lugar da lista.

O período pós-2008 com o fim da coligação gerou uma revira-volta nos rumos do PSDB no Pará (França, 2022, p. 131), onde a redução do número de filiados coincide com a redução de candidaturas lançadas em comparação a 2004, ano que o partido lançou 102 candidaturas ao cargo de prefeito, elegendo 47 delas. Em 2008, houveram 38 lançamentos onde 12 saíram vitoriosos.

Com a volta do partido em 2010/2011 ao executivo estadual, a estratégia se inverte e o partido passa a investir nas eleições em Belém e em outros municípios de porte maior (França, 2022, p. 123-133). Para França (2022, p. 134), o PSDB desde então “tem consciência de que precisa das poderosas máquinas administrativas a nível municipal enquanto não estiver mais no controle do estado”.

Pedro Gustavo de Sousa Silva (2017, p. 153-154) ressalta que o número de filiados de partidos como o PSDB é um meio de examinar a sua dimensão organizacional, especialmente nos “saltos agudos” muito comuns em momentos mais específicos, tais como as eleições presidenciais e governamentais (Silva, 2017, p. 154-155). Durante os anos 1990, Celso Roma (2002, p. 81) observa que grande parte dos filiados ao PSDB foi obtida através da imigração de filiados advindos de outros partidos, inclusive o de políticos já eleitos. Outro fator importante para a manutenção de filiados para o PSDB é o desempenho governamental, onde estar no governo significa maior capacidade de compensá-los em vez de estar na oposição (Roma, 2002, p. 85).

### 3.3 RELAÇÃO DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS E COMISSÕES PROVISÓRIAS COM FILIAÇÕES NO PARÁ

Braga, Rodrigues Silveira e Borges (2012, p. 23) atestam que um dos principais indicadores para identificar a cobertura de penetração e organização do partidário no Brasil é a proporção de filiados nos municípios, uma vez que esse dado pode estar relacionado à capacidade de mobilização dos partidos na esfera local. (Amaral, 2011 apud Braga et al. 2012, p. 23).

Silva (2017, p. 162) aponta que outro indicador são as seções locais conhecidas por “diretórios” e/ou “comissão provisória”. De acordo com o tamanho do município, se exige uma certa quantidade de eleitores filiados para a instalação de um diretório municipal, na falta de um diretório por conta da não tentativa de já tê-lo instalado ou por dissolução de órgão superior, vira competência para a instância estadual definir a comissão provisória (Silva, 2017, p. 162).

Tantos as comissões provisórias quanto os diretórios municipais cabem a organização partidária em recortes municipais. Nos diretórios municipais, as regras usualmente cabem ao estatuto de cada partido, mas num sentido amplo, eles ficam encarregados de organizar as atividades, representar e tomar decisões políticas de acordo com a realidade enfrentada por cada município. Por via de regra, os membros dos diretórios são eleitos pelos filiados residentes no município.

No caso das comissões provisórias, como o próprio nome indica, são estruturas temporárias para exercer tarefas específicas principalmente no contexto da fundação ou reestruturação de partidos novos e/ou já existentes, não há necessidade de eleição de seus membros por parte dos filiados, pois as nomeações vêm do diretório nacional, seu exercício se dá a nível municipal até a oficialização do diretório municipal.

Silva (2017, p. 162) e Braga et al (2012) partilham da ideia de que os diretórios são a parte mais “institucionalizada” e “formalmente democrática” na organização partidária do sistema brasileiro, e as comissões provisórias como um sistema que reforça a estrutura de partido que reforça o poder de elites locais (Braga et al, 2012 apud Silva, 2017, p. 162).

Braga et al (2012, p. 22) ressaltam que “pressões” que visam a expansão de um partido por um território que se empenha pela penetração espacial exige esforço que acaba afetando suas estruturas organizacionais para que haja um encaixe nesta relação partido-ambiente (espaço). Esse processo pode ser construído em ao menos três modos de ocupação territorial: na centralização do controle organizacional, a difusão (ex: do centro à periferia) onde as elites locais têm um importante papel e a fusão de ambos os atributos (Panebianco, 2005 apud Braga et al, 2012, p. 23).

Um bom exemplo de visualização desta situação está no PT, o partido que mais cresceu em termos de filiação no país nos anos 2000. Amaral (2011) constata que a proporção de filiados ao partido se dá de forma mais acentuada entre os municípios com menos de 200 mil eleitores, com adesões impulsionadas com a vitória nas campanhas para vereadores. Amaral (2011) acrescenta que o Partido dos Trabalhadores desde o início objetivou alcançar um alto número de filiados assim como diretórios e comissões provisórias numa tentativa de espalhar o seu alcance pelo território brasileiro.

Para além do Partido dos Trabalhadores, Braga et al (2012, p. 24-26) ressaltam que outras siglas como PSDB, PP, PTB, PDT, DEM entre outras buscavam massificação seguindo o mesmo processo da estrutura organizacional através da expansão dos diretórios e densificação das filiações como forma de fazer suas siglas mais competitivas na disputa política.

No entanto, frente aos benefícios, a manutenção de alto número de filiados não é unanimamente interessante para todas as agremiações, conforme elabora Amaral (2011, p. 12). Dentre os custos, são citados os riscos de **instabilidade interna** que pode ser iminente à perda de controle das lideranças dentro de um grande contingente de filiados; os **riscos eleitorais** que podem ocorrer num possível distanciamento da base do partido diante do eleitor médio e o **desperdício de recursos** acarretado por uma despesa capaz de arcar o agrupamento de filiados.

Braga et al (2012, p. 27-28), no entanto, concluem que o MDB liderou o quesito dispersão pelo espaço territorial logo após a redemocratização no início da década de 1990 junto com a presença dos diretórios nos municípios, as coalizões, lançamento de candidaturas e vitórias eleitorais no final da década; PSDB e PT se espalharam exponencialmente ao ponto de “consolidarem suas bases eleitorais e sua militância local” (Braga et al, 2012, p. 28). Nos anos 2000, estes partidos ‘grandes’ juntos desaceleraram no avanço de filiações, enquanto os menores emergem. Braga et al (2012, p. 27) reclassificam PDT, PP e PTB como partidos ‘medianos’ em termos de número de filiados ao lado de PSB, PPS e PR chamados de “intermediários”.

Portanto, não fora constatado um processo de massificação ou consolidação dentre estes ao nível dos tradicionais. Para além da patronagem, como garantia de atrair novos filiados, os partidos desfrutavam de outro fator que tem se demonstrado afetivo no recrutamento de membros que são as eleições nacionais vinculadas com as estaduais, tanto no executivo quanto no legislativo. (Braga et al, 2012)

### **3.3.1 Números dos órgãos permanentes e temporários no Pará**

#### **3.3.1.1 Metodologia**

O presente subtópico objetiva trazer o que fora discutido anteriormente sobre os órgãos

partidários como portal de entrada de filiações partidárias de acordo com Braga et al (2012). Para tanto, serão usados dados sobre o número de órgãos partidários divididos em “órgãos permanentes”, ou seja, órgão partidário municipal onde os membros são eleitos pelos filiados residentes no município, e “órgãos provisórios” para aqueles órgãos instalados na ausência de diretórios permanentes, geralmente em período de campanhas eleitorais, sendo desfeitos logo em seguida. Por fim, serão apresentados juntamente, os números de “órgãos vigentes” que equivalem a soma de órgãos municipais permanentes e provisórios.

Para isso, usaremos dados do Módulo Consulta Pública do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) disponíveis no site do <tre-pa.jus.br>, nesta plataforma se pode acessar o período de vigência dos órgãos partidários por município, dados da composição, endereço, certidão da composição, informações dos membros, etc. No entanto, neste momento apenas o número de municípios por partido com presença destes órgãos definitivos e provisórios serão apresentados, no período de julho e agosto de 2022.

O objetivo desta análise é verificar a força da presença dos órgãos permanentes e provisórios nas filiações dos partidos, em especial dos órgãos permanentes. É esperado que os partidos com mais filiados no estado (MDB, PT, PSDB, Republicanos e PL) sejam os que mais possuem órgãos permanentes.

#### 3.3.1.2 Resultados e discussão

Em julho de 2022, Período a ser analisado nesta pesquisa, mais a frente. O PT vinha em primeiro com 121 diretórios definitivos, ou seja, em 84% dos municípios paraenses contavam com este órgão ativo, o PSDB contava com 80 diretórios, ou seja, estava presente por meio deste órgão em 55% dos municípios, mais abaixo, vinha o MDB com 38 órgãos definitivos, equivalendo em torno de 26,4% dos municípios.

Tabela 2 – Partidos por órgãos definitivos e provisórios nos municípios no Pará em agosto de 2022.

<b>Partido</b>	<b>Órgãos Vigentes Totais</b>	<b>Órgãos Permanentes</b>	<b>Órgãos Temporários</b>
PT	127	121	6
PSD	95	3	92
PL	84	1	83
PSDB	80	80	0
MDB	66	38	28
PSB	62	20	42
Republicanos	61	1	62
PCdoB	32	30	2
Cidadania	27	23	4
PSOL	26	26	0
DC	24	13	11
PDT	14	10	4
Avante	9	0	9
Mobiliza	7	0	7
PP	7	3	4
PODE	6	0	6
Agir	3	2	1
PV	3	3	0
PRTB	2	0	2
REDE	2	0	2
PCO	1	1	0
PSTU	1	1	0
Solidariedade	1	0	1
União	1	0	1
UP	1	1	0

Fonte: TRE/PA (Elaboração Própria).

Ao somar com órgãos provisórios, naquele dia, PSDB e MDB cairiam para as 4º e 5º colocação respectivamente, cedendo espaço para PSD com 95 órgãos vigentes, destes, apenas três sendo definitivos, e o PL com 84 órgãos vigentes naquele momento, sendo 83 provisórios

e apenas 1 sendo caracterizado como definitivo. No ano de 2022, o PSD homologou o apoio a Helder Barbalho (MDB) e lançou 14 candidatos a deputado federal e 12 a deputado estadual.

O deputado estadual e líder do Partido Social Democrático na Assembleia Legislativa Paraense (ALEPA), Gustavo Sefer, apresenta o partido fundado em 2011 como “o segundo maior partido do Pará”. Atualmente, o PSD é o partido de grandes nomes da política paraense como os deputados federais Júnior Ferrari e Raimundo Santos, mas se tratando de filiação, o partido possuía naquele período ‘apenas’ 15.242 afiliados, o que pode ser justificado pela pouca idade do partido em relação aos demais e/ou por ser um partido mais focado em resultados eleitorais com um organismo mais preocupado com a consistência e qualidade na forma de governar do que com um número inchado de membros, conforme fora a tradição de partidos no estado (França, 2022).

Contudo, assim como o sucesso eleitoral pode impactar positivamente as filiações no Pará, a presença dos órgãos permanentes e provisórios também se mostraram importantes para a penetração e ampliação das filiações partidários pelo território paraense.

## 4 FILIAÇÃO, IDEOLOGIA PARTIDÁRIA E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS NO PARÁ

Nesta quarta seção, o objetivo central é o de analisar as características dos filiados aos partidos políticos nos municípios paraenses, principalmente através dos dados de cruzamentos entre filiação e características socioeconômicas locais. (população, localização e Produto Interno Bruto). Dessa forma, busca-se relacionar esses achados com a literatura anteriormente no que se refere ao perfil demográfico, geográfico e econômico destas localidades, além de produzir uma pequena descrição de cada agrupamento de municípios.

Assim, será descrita uma apresentação de cada agrupamento por população, PIB e mesorregião com a finalidade de situar o leitor e facilitar a comparação dos resultados com a literatura levantada nos capítulos anteriores. Logo após, serão apresentados os dados dos cruzamentos produzidos e, por fim, serão discutidos os resultados.

Nos municípios com o porte populacional grande o percentual de filiados à esquerda e ao centro sobem em relação aos de porte médio e pequeno, a direita vai na direção oposta com percentuais de filiação maiores entre os de pequeno porte e médio respectivamente. Nos agrupamentos por mesorregião, a filiação aos partidos de direita são maiores no Sudoeste Paraense e Baixo Amazonas. Filiações ao centro se destacam na Mesorregião Metropolitana de Belém e no Nordeste Paraense. Filiações à esquerda são proporcionalmente maiores no Nordeste Paraense e Sudeste Paraense. Estes achados refletem nos padrões nacionais levantados por Cervi et al (2018) e Speck (2013).

### 4.1 METODOLOGIA

**Base De Dados** – Com o processo de classificar os partidos entre esquerda, centro e direita, além de filtrar os dados socioeconômicos dos municípios e o número de filiados em cada partido, os tópicos a seguir utilizarão de dois bancos de dados que serão fundamentais para alcançar os objetivos.

- 1) Número de Filiações Partidárias – Estes dados serão extraídos dos dados disponibilizados no site do Supremo Tribunal Eleitoral (TSE) com base no mês de julho de 2022. Lá o número total de filiações nos municípios é dividido por cada partido correspondente.
- 2) Ideologia dos Partidos – A classificação ideológica dos partidos entre esquerda, centro e direita se dará de acordo com a atualização do espectro dos partidos a partir do estudo de Bolognesi, Ribeiro e Codato do artigo *Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros (2023)*. Neste estudo, 519 cientistas políticos dentre doutores (48,4%),

mestres (32,8%) e graduados (18,8%) classificaram os partidos brasileiros com notas variando de 0 a 10, onde quanto mais próximo a 0 mais à esquerda; quanto mais próximo a 10, mais a direita e mais próximo a 5 mais ao centro. A conclusão se deu com 8 partidos classificados como “esquerda”, 3 como “centro” e 24 como “direita”.

Quadro 2 – Ideologia dos Partidos

<b>Ideologia</b>	<b>Partidos (da menor para a maior nota)</b>
Esquerda	PSTU, PCO, PCB, PCdoB, PT, PDT e PSB
Centro	Rede, PPS e PV
Direita	PTB, Avante, SDD, PMN, PMB, PHS, PMDB, PSD, PSDB, Podemos, PPL, PRTB, Pros, PRP, PRB, PR, PTC, DC, PSL, Novo, Progressistas, PSC, Patriota e DEM.

Fonte: Bonognesi et al. (2023). Elaboração própria.

- 1) Perfil socioeconômico dos municípios – Pretendendo relacionar os dados entre o número de filiados aos partidos com os dados socioeconômicos dos municípios, este trabalho contará com o auxílio de informações levantados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que permitirão destacar as diferenças entre as unidades municipais baseados em população, mesorregião, participação das atividades do Produto Interno Bruto anual.

A) **População:** Dados referentes a população extraídos do IBGE são provenientes do Censo Demográfico de 2022. Os números da população total dos recortes geográficos municipais, estaduais e nacional foram divulgados em 28 de junho de 2023 e tem como referência o número de habitantes em domicílios particulares e compartilhados permanentes na virada da noite do dia 31 de julho de 2022 para 01 de agosto de 2022. Os dados estão disponíveis no site oficial do instituto.

A divisão do grupo de municípios se dará de acordo com a estratificação atualizada dos municípios brasileiros proposta por Willemann et al. (2019). Tais autores usam a variável tamanho da população para abordar o porte populacional dos municípios, classificando-os em municípios de porte pequeno (< 25 mil habitantes), porte médio (> 25 mil e < 100 mil) e os de grande porte (> 100 mil).

De acordo com o Censo 2022, 15 municípios se enquadram no perfil de porte grande, estes somados abrigam 48,7% da população total do estado; 70 municípios se enquadram no porte médio e 59 municípios são caracterizados como sendo de porte pequeno.

**B) Produto Interno Bruto:** O Produto Interno Bruto (PIB) é uma medida econômica amplamente utilizada para quantificar o valor total de todos os bens e serviços produzidos por um país em um determinado período, geralmente a cada ano. O PIB é calculado por meio da soma do consumo das famílias, dos gastos do governo, dos investimentos realizados pelas empresas e das exportações líquidas (diferença entre as exportações e as importações). Essa abordagem mede tanto o valor agregado pela produção doméstica quanto a demanda externa pelos produtos do país (CUSINATO; JUNIOR; MINELA, 2010).<sup>13</sup>

Os municípios paraenses são destaque regional pela diversidade econômica proveniente dos seus recursos naturais, e por essa razão, o PIB destes municípios é influenciado por diversos setores, incluindo a agropecuária, a mineração, a indústria, a pesca, o turismo e os serviços.<sup>14</sup> As atividades relacionadas ao agronegócio, produção industrial alimentícia e logística de transportes também desempenham papéis importantes na economia local.<sup>15</sup> O PIB dos municípios paraenses representam quase 50% de toda a produção nortista sendo representação da complexidade e o dinamismo econômico da região, e assim como o tamanho populacional, a variável econômica é essencial para a análise do desenvolvimento socioeconômico e para o planejamento de políticas públicas.

Para a estratificação do Produto Interno Bruto dos municípios paraenses, nós utilizaremos da classificação “PIB alto, médio e baixo” feita por Silva (2022). Onde os municípios de PIB “alto” são aqueles cujo valor total da produção seja maior igual a 1 bilhão; os de PIB médio são aqueles que o valor flutua entre 101.000 (x1000 R\$) reais até 999.000 (x1000R\$) reais, os menores iguais a 100.000 (x1000 R\$) são considerados baixos.

**C) Mesorregião:** As mesorregiões e microrregiões são modelos de divisão propostos no final da década de 1980 que partiu da premissa dos impactos do sistema capitalista criando um processo similar ao de metropolização e industrialização moldando um espaço. (MAGNAGNO, 1995, p. 85). Mesorregião passou a denominar-se uma área individualizada de uma Unidade da Federação que apresentasse o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante, a rede de comunicação dos lugares como elemento de articulação espacial e as microrregiões são regiões que compõem uma mesorregião dividida por especificidades nos modos de produção e perfil socioeconômico. (MAGNAGNO, 1995, p. 85-

---

<sup>13</sup> CUSINATO, R.; MINELLA, André; JÚNIOR, S. **Hiato do produto e PIB no Brasil: uma análise de dados em tempo real**. Trabalhos para discussão, n. 203, 2010.

<sup>14</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Regional, São Paulo, v. 73, n. 2, p. 17-28, out. 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/201910/br201910b2p.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023. Acesso em 22 jul. 2023

<sup>15</sup> BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim Regional, Brasília, v. 77, n. 1, jan. 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2018/01/br201801b1p.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023

86). Atualmente, o Pará está dividido em seis mesorregiões.

## 4.2 TRATAMENTO DE DADOS

Serão selecionados marcadores socioeconômicos para integrar os dados a serem estudados. Dentre estes encontram-se:

- 1) Indicador Demográfico: População dos Municípios Paraenses com base nos dados coletados pelo Censo Demográfico de 2022.
- 2) Indicador Geográfico: Divisão dos municípios paraenses por Mesorregiões de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- 3) Indicadores Econômicos: as percentagens de valores conjuntos do PIB municipal (IBGE, 2022).

Visando os objetivos levantados nesse trabalho, se buscará o percentual da população do grupo de municípios por porte populacional, mesorregião e Produto Interno Bruto por:

- Partidos de Esquerda;
- Partidos de Centro;
- Partidos de Direita;
- Total de Partidos.

No primeiro momento, os 144 municípios serão agrupados dentre seus portes populacionais, volume do Produto Interno Bruto e mesorregiões. Em seguida, as filiações partidárias como categoria estarão divididas em quatro partes: Filiados à Esquerda; Filiados ao Centro; Filiados à Direita e Filiados Totais. Cada uma destas divisões estarão quantificadas em percentuais de filiados a determinado espectro sobre o número total de filiados.

## 4.3 DADOS SOCIOECONÔMICOS

### 4.3.1 População

Os dados referentes a população extraídos do IBGE são provenientes ao levantamento demográfico feito pelo Censo Demográfico de 2022 que deu largada em 1º de agosto de 2022 em todo o território nacional com objetivo de quantificar o número de habitantes residentes<sup>2</sup> em todos os municípios. Os números da população total dos recortes geográficos municipais, estaduais e nacional foram divulgados em 28 de junho de 2023 e tem como referência o número de habitantes em domicílios particulares e compartilhados permanentes na meia-noite do dia 01 de agosto de 2022.

Em 22 de dezembro de 2023 o IBGE disponibilizou uma nova lista da quantidade de habitante por municípios após alguns ajustes nos números divulgados em 28 de junho, onde alguns municípios paraenses passaram por ajustes no número de habitantes, portanto, esta relação ajustada será a utilizada neste trabalho.

#### 4.3.1.1 Municípios de Porte Grande.

Dentre o grupo classificado como de porte populacional grande, encontram-se 15 municípios, onde o número de habitantes é maior igual a 100.001 habitantes, somados correspondem a 48,7% da população estadual, dentre eles encontra-se a capital Belém, sua vizinha Ananindeua e diversos outros que estão bem posicionados no ranking econômico, exercendo papéis centrais de serviços nas suas respectivas mesorregiões no que se diz respeito a emprego, saúde, educação básica e superior. Uma informação importante a se destacar é a diversidade na distribuição geográfica e espacial destes municípios pelo território do estado.

Ao todo, seis municípios da lista estão situados na Região Metropolitana de Belém (Belém, Ananindeua, Castanhal, Barcarena e Marituba), um no Baixo Amazonas (Santarém), três no Sudeste Paraense (Marabá, Parauapebas, Paragominas), três no Sudeste Paraense (Abaetetuba, Cametá, Bragança), dois no Sudoeste Paraense (Altamira e Itaituba) e um no Marajó (Breves).

#### 4.3.1.2 Municípios de Médio Porte

Dentre os municípios classificados com médio porte populacional (entre 25 mil a 100 mil habitantes) há uma diversidade maior nas características socioeconômicas, dentre estes, municípios de PIB alto como no caso de Canaã dos Carajás, Tucuruí e Redenção são os que mais têm destaque no ranking econômico estadual, ao passo que outros possuem uma participação bem menor na fatia econômica do estado não entrando no top 100 dos maiores PIBs estaduais. Todos estes municípios se encontram espalhados pelas mesorregiões do estado. Ao todo, 70 municípios tem essa faixa populacional, ou seja, quase metade dos municípios paraenses (48,6%).

Neste meio, como mencionado há municípios considerados potências econômicas como Canaã dos Carajás que em 2022 possuía o segundo maior PIB do estado, superando até mesmo a capital, devido ao sucesso da extração mineral através da mineradora Vale que está em atividade na Região de Carajás. Outros municípios de destaque econômico dentre os de população de médio porte estão Redenção, cuja economia está ligada fortemente à atividade

pecuária, na qual o município abastece grandes empresas no ramo da carne bovina, dentre estas, a JBS e outras.

Por outro lado, se faz presente nesta categoria de recorte populacional o município de Melgaço que segundo a última atualização do IDH feita em 2010 pela PNUD, obteve a menor avaliação do país. Além disso, em 2021, o município registrou uma renda per capita de apenas 7.711,49 R\$, valor abaixo dos 29.953 R\$ da média estadual e 42,247,52 R\$ da média nacional. No entanto, após a divulgação dos dados de IDH-M, esforços foram tomados na tentativa de melhorar a situação de Melgaço, desde então, projetos que visam melhorias na saúde, educação e infraestrutura têm sido implementados.

#### 4.3.1.3. Municípios de Pequeno Porte

Neste recorte estão os municípios com a população menor igual a 24.999 habitantes. No Pará, 59 municípios se encaixam nesta classificação. Por terem uma dimensão demográfica abaixo da média, a maioria destes municípios não figuram na lista de maiores economias, porém, um deles, Vitória do Xingu de 15.607 habitantes se destaca economicamente ao ostentar um PIB de 4,2 bilhões de reais, com este valor, o município supera quase toda a lista dos municípios de médio porte e desbanca até mesmo vários outros classificados como sendo de grande porte, como exemplo: Abaetetuba (R\$ 1,9 bilhões de PIB e 158.188 habitantes), Itaituba (R\$ 2,7 bilhões de PIB e 123.314 habitantes) e sua vizinha Altamira (R\$ 3,1 bilhões de PIB e 126.279 habitantes), seu sucesso econômico é devido ao projeto da Usina de Belo Monte, considerada uma das maiores do país.

Do outro lado, todo o top 10 das menores economias paraenses é formado por municípios de porte populacional pequeno, o menor de todos os PIBs é São João da Ponta que é o segundo menor em população, segundo o último recenseamento com 4.430 moradores, superando apenas Bannac com 4.031 residentes. O contrário da lista dos municípios de grande porte populacional que se encontram mais dispersos por todas as mesorregiões, dos dez municípios menos populosos, seis se encontram do Sudeste Paraense, três no Nordeste Paraense e um no Marajó.

#### 4.3.1.4 Índices de Filiação Partidária por Ideologia nos Portes Populacionais

Para se chegar a estes números, foi usada a média percentual do número de filiados dos partidos agrupados em esquerda, centro e direita de acordo com a classificação de Bolognesi et al. (2021), e os resultados foram o seguinte:

Tabela 3 – Percentual de filiados por espectro ideológico por porte populacional

<b>Porte Populacional</b>	<b>(%) Esquerda</b>	<b>(%) Centro</b>	<b>(%) Direita</b>
<b>Grande</b>	27,38	5,37	67,25
<b>Médio</b>	24,77	4,88	70,35
<b>Pequeno</b>	22,88	4,4	72,72
<b>Total</b>	<b>25,01</b>	<b>4,88</b>	<b>70,1</b>

Fonte: IBGE; TSE (elaboração própria).

- a) Esquerda: a proporção de filiados aos partidos deste espectro é mais alta entre os municípios de porte grande, onde 27,38% dos eleitores filiados são filiados a algum partido de esquerda, seguidos pelos de porte médio (24,77%) e por fim, de porte pequeno (22,88%), o que pode corroborar com as forças do sindicalismo nas áreas mais industrializadas conforme levantado por Paludo et al (2018). Dentre outros motivos que possam estimular essa proporção a ser maior nas cidades mais populosas devem ser a força dos movimentos sociais, especialmente nas periferias, nas universidades e o desinteresse de partidos mais ao centro e a direita na prefeitura dessas cidades receiando rupturas e queda de popularidade caso algum político se envolva com polêmica (França, 2022), como se estes municípios oferecessem mais exposição midiática.
- b) Centro: nesse sentido, os partidos classificados como centro ideológico seguem a mesma proporção dos partidos de esquerda no caso das filiações, isto é, a proporção é maior dentre o grupo de grande porte (5,3%), seguido do médio porte (4,84%) e finalmente entre os de pequeno porte (4,38).
- c) Direita: dentre o espectro à direita, a média percentual sobe na medida em que o tamanho demográfico diminui na lista, nos municípios categorizados como sendo de pequeno porte, essa média chega a 72,72%, nos de porte médio, esse percentual cai para 70,35%, chegando a 67,25% naqueles de grande porte.

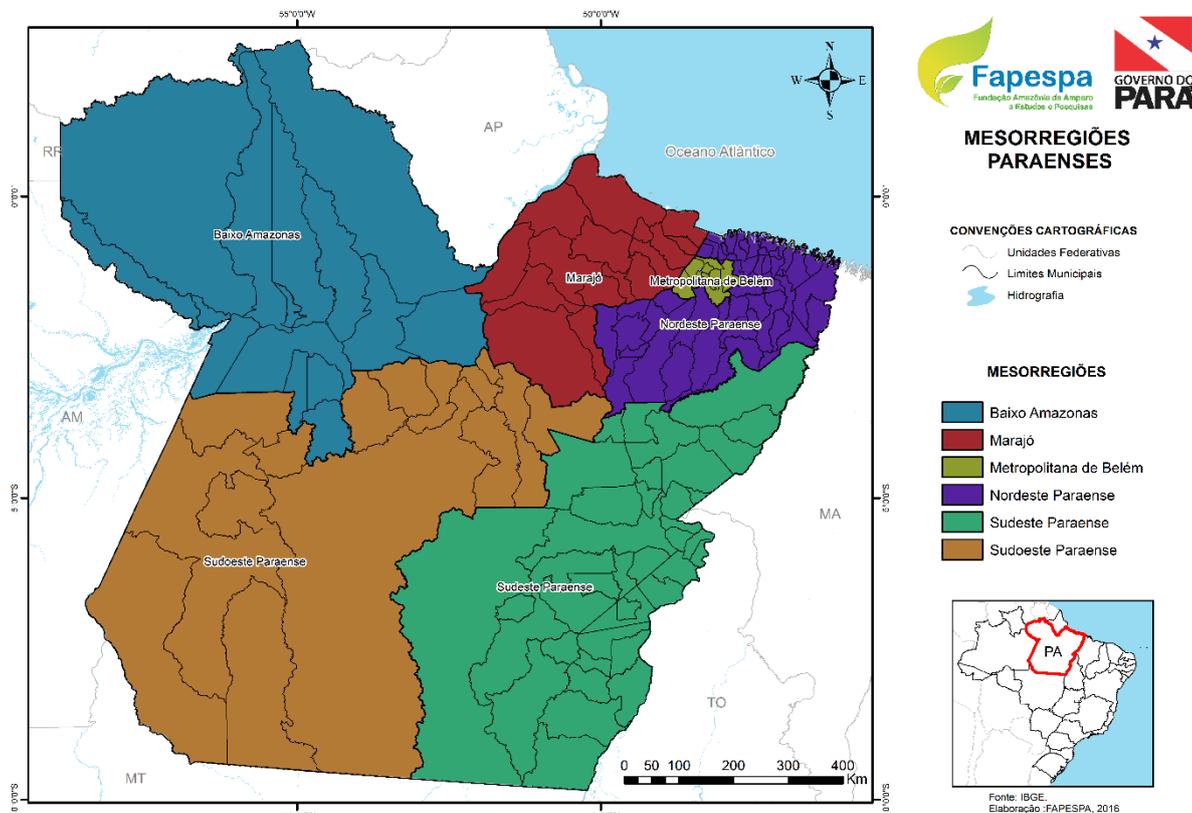
Na literatura encontrada, se verifica no trabalho de Speck (2013) que nos municípios menores em população, o total de filiados tem a maior média percentual impulsionada pelas eleições municipais, onde um número entre 300 mil a 500 mil indivíduos se candidatam acarretando uma procura massiva destes interessados à candidatura e conseqüentemente à filiação, grande parte destes partidos se encaixam à direita política.

#### **4.3.2 Mesorregião**

Para esta análise irá utilizar dos recortes estaduais feitos pelo IBGE por mesorregiões, agrupando os municípios para os seus seguintes recortes. Para cada uma das mesorregiões será

tirado o percentual médio de filiados para cada um dos espectros da mesma forma que procedeu no recorte por porte populacional.

Mapa 1 – Mesorregiões Paraenses



Fonte: FAPESPA; IBGE.

Atualmente, conforme o mapa o Pará está dividido em seis mesorregiões, são elas: Baixo Amazonas Paraense, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudoeste Paraense e Sudeste Paraense.

#### 4.3.2.1 Baixo Amazonas

Com uma área de aproximadamente 315,8 km<sup>2</sup> o Baixo Amazonas cobre em torno de ¼ do território paraense, a mesorregião está composta por 15 municípios, são eles: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha, Santarém e Terra Santa. A população total apurada pelo IBGE em 2022 era de 845.084 habitantes.

De acordo com dados organizados pela Fapespa<sup>16</sup> o Baixo Amazonas destaca nas

<sup>16</sup> COSTA, Eduardo; PIRES, Geovana. Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas. Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Pará (SEPLAD). FAPESPA. Perfil da Região Baixo Amazonas. Belém: SEPLAD, 2015. Disponível em: [https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/perfil\\_regiao\\_baixo\\_amazonas.pdf](https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/perfil_regiao_baixo_amazonas.pdf). Acesso em: 17 mar. 2024.

produções de mandioca, soja e milho, além da pesca e da extração de bauxita em Oriximiná, Juruti e Almeirim. Se destaca também por possuir portos e hidrovias dos mais importantes do Norte do Brasil, potencial turístico em ascensão especialmente na Vila de Alter do Chão. Além dos destaques positivos, a mesorregião ainda sofre com alguns índices de desenvolvimento tais como a taxa de pobreza acima da média estadual, mortalidade infantil, saneamento e habitação com índices desvantajosos em relação a média estadual.

#### 4.3.2.2 Marajó

A mesorregião de Marajó conta com uma área de aproximadamente 104.139 km<sup>2</sup>, está composta por 16 municípios, são eles: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curalinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Na mesorregião está situada a maior ilha fluvial do mundo de mesmo nome. Sua população apurada pelo Censo 2022 é de 557.220 habitantes.

Entre os municípios que mais se destacam na mesorregião são Breves, por estar localizada a Reserva Extrativista Mapuá como uma unidade de conservação federal criada numa área de 94.463 hectares em 20 de maio de 2005<sup>17</sup> devido a presença significativa de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, tais como várias espécies de onça, jaguatirica, preguiça, jacarés, cutias, capivaras, macacos, etc.<sup>18</sup> A economia do município está ligada ao turismo, ao extrativismo, especialmente de açaí, palmito e a crescente atividade pecuária em destaque aos búfalos e suínos.<sup>19</sup>

Outras cidades importantes na mesorregião são Soure e Salvaterra que contam com inúmeras praias que atraem vários turistas devido a posição privilegiada recebendo diariamente várias embarcações dos portos da Região Metropolitana de Belém. O município de Afuá também tem despertado a curiosidade de novos visitantes devido a sua infraestrutura que por não suportar automóveis por estar localizada sob a várzea, a sua população se locomove principalmente a pés, bicicletas ou búfalos, sendo conhecida pelo título de “cidade das bicicletas”, está localizada a apenas 84 km de Macapá, razão essa da grande influência da capital amapaense em Afuá e outras cidades marajoaras.

No entanto, a mesorregião tem sofrido graves problemas socioeconômicos com três de seus municípios na lista dos 10 menores IDH do país: Melgaço (0,418), Chaves (0,453) e Bagre

---

<sup>17</sup> UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL. **Reserva Extrativista Mapuá**. ARP 4326. Nossos Parques. Disponível em: <https://nossosparques.org.br/pt-br/arp/4326>. Acesso em: 17 mar. 2024.

<sup>18</sup> BREVES. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Breves&oldid=67597028>. Acesso em: 17 mar. 2024.

<sup>19</sup> BREVES. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Breves&oldid=67597028>. Acesso em: 17 mar. 2024.

(0,471), juntas com a conterrânea Cachoeira do Piriá (0,473) do nordeste paraense. Na mesorregião, apenas Soure e Salvaterra possuíam um IDH considerado ‘médio’, os outros municípios pontuam menos de 0,600 no cálculo que combina dados de saúde, educação e longevidade. A renda *per capita* da mesorregião em 2022 era de apenas 9.128 mil por ano, para se ter uma ideia, naquele período, o Maranhão era o estado com o menor PIB *per capita* no país tinha uma renda *per capita* de R\$ 15.084 mil.

Como dito anteriormente, o governo nos últimos anos não tem medido esforços para a melhoria destes índices com vários campus das principais universidades públicas no estado sendo instaladas na região, com a modernização nos setores da saúde, além de projetos de incentivos a indústria e economia como o Distrito Industrial de Breves que promete diversificar a economia local e gerar emprego pro povo marajoara.

#### 4.3.2.3 Metropolitana de Belém

A mesorregião metropolitana de Belém conta com uma área de aproximadamente 6.890 km<sup>2</sup>, e está composta por 11 municípios, são eles: Ananindeua, Barcarena, Belém, Benevides, Bujaru, Castanhal, Inhangapi, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará e Santo Antônio do Tauá. É onde está situada a capital paraense e sua população totalizou 2.432.714 habitantes no último censo sendo a mesorregião mais populosa do estado mesmo sendo a menor em área territorial.

A expansão mais visível da Região que viria ser chamada de Metropolitana de Belém também se dá na construção da Estrada de Ferro de Bragança especialmente no seu primeiro trecho que ligava as estações de São Brás até Benevides e mais tarde com a construção da estação de Castanhal. A mão de obra para esta peleja era majoritariamente de origem nordestina, onde trabalhadores eram atraídos para a Amazônia no intuito de escapar das secas e do mercado de trabalho saturado nos grandes centros urbanos nordestinos. Estes trabalhadores formaram inúmeras colônias as margens da Estrada de Ferro que cresceram rapidamente.

Décadas depois, com o inchaço populacional no espaço belenense, os moradores passaram a se fixar nas proximidades da BR-316 (onde a Estrada de Ferro de Bragança passava) dando origem ao segundo município mais populoso do estado, Ananindeua, criando na cidade o maior conjunto populacional da América Latina na época chamado por Cidade Nova que atualmente está fragmentado em vários bairros e o PAAR que fora conhecido na época como uma das maiores “invasões” do país na época.

Paralelamente, outras cidades como Barcarena, Castanhal e Santa Isabel do Pará se desenvolviam. O ramo da indústria mineral de alumínio foi o caso de Barcarena com a

instalação das usinas Albras e Alunorte, hoje operadas pela Norsk Hydro ASA (Hydro). Em Castanhal e Santa Isabel do Pará se destacaram a indústria alimentícia, textil, cultivo de frutas e a crescente pecuária, nas demais localidades com o turismo, pesca, entre outras atividades essenciais.

#### 4.3.2.4 Nordeste Paraense

A mesorregião do Nordeste Paraense conta com uma área de aproximadamente 83.316 km<sup>2</sup> e está composta por 49 municípios, são eles: Abaetetuba, Acará, Augusto Correia, Aurora do Pará, Baião, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capanema, Capitão Poço, Colares, Concórdia do Pará, Curuçá, Garrafão do Norte, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Ipixuna do Pará, Irituia, Limoeiro do Ajuru, Mãe do Rio, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Mocajuba, Moju, Nova Esperança do Piriá, Nova Timboteua, Oeiras do Pará, Ourém, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, São Caetano de Ovelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, Tailândia, Terra Alta, Tomé-Açu, Tracuateua, Vigia e Viseu. Na mesorregião encontram-se duas das principais rodovias federais do estado (BR 316 e BR 010), e é a segunda mesorregião mais populosa do estado com 1.897.410 habitantes segundo o último Censo.

No entanto, por se tratar de uma região fora do alvo dos grandes projetos de exploração, a mesorregião sofre com uma economia estagnada com uma renda abaixo da média, com apenas 12 mil reais *per capita*. Atualmente, a mesorregião se destaca pelo turismo no setor das praias de água salgada nos municípios de Salinópolis, Bragança, Maracanã, Marapanim, Curuçá, São João de Pirabas e etc; e nos lagos de águas azuis às margens da Rota Turística Belém-Bragança, nas PAs 320 e 242.

#### 4.3.2.5. Sudeste do Pará

A mesorregião do Sudeste Paraense conta com uma população de aproximadamente 297 mil km<sup>2</sup>, estando composta por 39 municípios, são eles: Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Bannach, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Curionópolis, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Ourilândia do Norte, Palestina do Pará, Paragomias, Parauapebas, Pau d'Arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Felix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia,

Tucumã, Tucuruí, Ulianópolis e Xinguara. Devido as questões de logística econômica e geográfica, a mesorregião hoje está interligada ao resto do país por rodovias, aeroportos com voos nacionais e a única ferrovia do Norte do país, conhecida como Estrada de Ferro de Carajás.

Também é no Sudeste Paraense que em 2022 se situavam as duas cidades com maior Produto Interno Bruto do Estado (Parauapebas e Canaã dos Carajás) devido a valorização do dólar, moeda usada na comercialização internacional do minério de ferro, tendo a China como maior compradora. Santos (2017, p. 127 e 128) ensina que a Mesorregião começou a ganhar mais destaque econômico principalmente com o incentivo às atividades agropecuárias financiadas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) nos anos 1960 e 1970. Na década seguinte, a mineração emerge em vários de seus garimpos, tais como a Serra Pelada, e com a presença da Companhia Vale do Rio Doce, e exploração se tornou de larga escala, desde então, houve um intenso processo de urbanização.

Outros marcos importantes no desenvolvimento da região foram o cultivo da castanha no município de Marabá que também é o município com o terceiro maior rebanho bovino do país totalizando quase 1,5 milhões de cabeça de gado; o campeão nacional é seu vizinho São Felix do Xingu com quase 2,5 milhões segundo dados da Pesquisa da Pecuária Nacional (PPM) em conjunto com o IBGE.

Na mesorregião também se situa a Usina Hidrelétrica de Tucuruí sendo uma das maiores do mundo e a segunda maior localizada totalmente em solo nacional, ficando atrás somente da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, atualmente é operada pela Eletrobrás Eletronorte e abastece as redes de energia da Equatorial Pará, Equatorial Maranhão e da Celtins no Tocantins.

Hoje em dia, outros municípios como Paragominas, Redenção e Xinguara têm emergido economicamente em outros setores como indústria, comércio, agropecuária e em menor proporção, mineração. Se a mesorregião do Sudeste Paraense fosse um estado, teria atualmente a 4º maior renda *per capita* do país. No entanto, na região tem se causado várias polêmicas sobre o descuido da preservação do meio ambiente, com desmatamento e focos de queimada de forma abusiva chamando atenção de autoridades do mundo inteiro. Outro grave problema enfrentado na mesorregião é o caso de conflitos no campo que têm desencadeado clima de tensão entre a população local, dois dos conflitos mais conhecidos ocorridos na região foram o massacre de camponeses em Eldorado dos Carajás em 1996 e em Pau d'Arco no ano de 2017.

#### 4.3.2.6. Sudoeste do Pará

A mesorregião do Sudoeste Paraense conta com uma área de aproximadamente 417,5 mil km<sup>2</sup> e está composta por 14 municípios, são eles: Altamira, Anapu, Aveiro, Brasil Novo, Brasil

Novo, Itaituba, Jacareacanga, Medicilândia, Novo Progresso, Pacajá, Rurópolis, Senador José Porfírio, Trairão, Uruará e Vitória do Xingu. A população do Sudeste Paraense segundo o censo de 2022 era de 583.074 moradores. A mesorregião juntamente com o Sudeste Paraense está localizada numa área da Amazônia Brasileira conhecida por “Região do Arco do Deflorestamento”.

O Sudoeste Paraense tem alguns aspectos semelhantes ao Sudeste Paraense e Baixo-Amazonas, especialmente com influência das atividades ligadas ao escoamento de produtos pela BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica). Além disso, a mesorregião por estar no foco dos grandes projetos de exploração passa por inúmeros problemas ambientais, tanto na área da mineração, quanto na produção de energia como a Usina de Belo Monte.

Conflitos no campo, problemas ambientais também são comuns no Sudoeste Paraense, assim como a garimpagem ilegal nos municípios de Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso. De acordo como uma matéria feita por Julia Dolce para a Infoamazonia<sup>20</sup>, a garimpagem ilegal na Região atrai moradores de outros locais devido a ideia de um alto valor levantado neste ramo. No entanto, por se tratar de uma atividade sem a supervisão legal, danos à natureza, à saúde da população e dos garimpeiros são recorrentes.

#### 4.3.2.6.7 Filiações à Direita, Esquerda e Centro nas Mesorregiões Paraenses

A conjectura inicial de que a filiação do centro à direita se faz menor na RMB (Região Metropolitana de Belém) demonstrou-se um tanto conforme, portanto, com várias ressalvas. Como se vê na Tabela 2, o centro tem um percentual médio que supera todas as outras (5,6%). No entanto, há um empate técnico da RMB (69,7%) e Nordeste Paraense (69,6%) no que se tante aos menores percentuais de filiados à direita.

Tabela 4 – Percentual de filiados por espectro ideológico por mesorregião

Mesorregião	Esquerda	Centro	Direita
Baixo Amazonas	22,0	5,0	73,0
Marajó	23,9	3,7	72,4
Metropolitana de Belém	24,8	5,6	69,7
Nordeste Paraense	25,4	5,1	69,6
Sudeste Paraense	24,9	4,6	70,5
Sudoeste Paraense	21,0	4,3	74,7
<b>Total</b>	<b>23,7</b>	<b>4,7</b>	<b>71,6</b>

Fonte: IBGE; TSE (elaboração própria).

<sup>20</sup> DOLCE, Julia. O ouro que empobrece as cidades garimpeiras da Amazônia. *In*: Infoamazonia. [Brasil]. 03 de nov. 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/11/03/o-ouro-que-empobrece-as-cidades-garimpeiras-da-floresta-amazonica/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

Vale notar que tanto a RMB quanto o Nordeste Paraense fazem divisa entre si e segundo a reorganização do IBGE paralela a mesorregiões, boa parte dos municípios da Mesorregião Nordeste do Pará são integrante a Região Geográfica Intermediária de Belém e de Castanhal, ou seja, são influenciadas diretamente pela Região Metropolitana de Belém devido a proximidade geográfica e influência das questões sócio-políticas.

No que se diz respeito a direita ter o maior percentual de filiados no Sudeste Paraense em relação a outras mesorregiões, os números analisados dão sinal vermelho a essa hipótese, porém, a sua mesorregião vizinha, Sudoeste Paraense, lidera as filiações à direita e estando junta ao Sudeste do Pará na formação do Arco do Deflorestamento; no entanto é procedida pelo Marajó e Baixo Amazonas neste ranking, deixando o Sudeste Paraense de fora até mesmo do top 3 em filiação a direita.

#### **4.3.3 Produto Interno Bruto**

Em 2021, o PIB paraense ultrapassou os 262,9 bilhões de reais segundo o IBGE, sendo responsável por 46,2% de toda a arrecadação do Norte do Brasil o suficiente para posicionar o estado na 10ª colocação do ranking de PIB estadual do país. De acordo com números elaborados pela Fapespa, a Indústria (46,4%), os Serviços (43,5%) e Agropecuária (10,1%) era a ordem de atividades econômicas no valor Adicionado do Pará.

No entanto, segundo o relatório da Fapespa, o Índice de Gini do PIB paraense apresentou um pequeno aumento em 2021 em comparação com o ano de 2020 chegando a 0,76, indicando incremento na concentração econômica em poucos municípios do estado. Esse valor fica ainda mais evidente ao considerar a Atividade Industrial, onde o índice alcançou 0,93 pontos. Os menores índices foram registrados nos setores de agropecuária (0,49) e administração pública (0,54). Em 2022, os dez municípios paraenses de maior Produto Interno Bruto contribuíram em 65% do valor total estadual.

##### **4.3.3.1 Filiações à Esquerda, Centro e Direita nos Municípios de PIB ‘alto’, ‘médio’ e ‘baixo’**

Nesta divisão dos municípios por PIB, um total de 35 foram considerados como tendo um PIB alto, ou seja, acima de 1 bilhão, estes são responsáveis por 83,2% de todo o PIB paraense, vários deles são de grande e médio porte populacional e da Mesorregião Metropolitana de Belém. Por mais que a média percentual dessas categorias do PIB sejam similares, a esquerda leva uma certa vantagem nos municípios de PIB ‘alto’ com 25,64% junto dos partidos de centro.

Tabela 5 – Percentual de filiados por espectro ideológico por PIB alto, médio e baixo

<b>PIB</b>	<b>Esquerda</b>	<b>Centro</b>	<b>Direita</b>
<b>Alto</b>	25,64	5,22	69,14
<b>Médio</b>	23,88	4,54	71,58
<b>Baixo</b>	23,06	5,06	71,88
<b>Total</b>	<b>24,2</b>	<b>4,94</b>	<b>70,86</b>

Fonte: IBGE, TSE (elaboração própria).

Silva (2022, p. 156) enfatiza que nos municípios de PIB considerados de baixo e médio PIB a competição política se dá de forma bem mais acirrada e a relação do eleitor e gestor costuma ser mais estreita a cobranças. Nestes municípios, a participação da direita em filiações tendem a ser maiores talvez bastantes influenciadas pelas eleições municipais.

Semelhante ao caso dos municípios de grande porte, a fala de Paludo et al (2018) pode também se encaixar neste contexto ao afirmarem que os movimentos de sindicalismo nos municípios de economia mais industrializada impulsionando os partidos de esquerda em muitos setores, além da predominância do investimento dos partidos de direita nos municípios de porte pequeno e pouco industrializados, conforme se leva a concluir sobre as análises de Speck (2013) e França (2022). Razões essas podem ter influenciado nos valores de filiação à direita nos municípios de PIB baixo e médio a superarem os maiores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho analisa as características ideológicas e sociais dos padrões de filiação partidária nos municípios paraenses. Num primeiro plano, buscou-se dialogar com a literatura da área. Aqui foram identificados dados referentes ao país, além de importantes conceitos a serem usados no restante da pesquisa. Nos últimos anos, os debates a cerca da ideologia retornaram com uma atenção maior. Portanto, este trabalho buscou atentar às filiações partidárias, tendo em vista as ideologias partidárias, que também são fundamentais para entender a relação dos eleitores com o sistema político institucional na sociedade.

Na segunda parte buscou-se a contextualização da realidade paraense sobre os dados da filiação. Uma das literaturas usadas foi a de Bittencourt e Silva (2015) que observou incremento significativo no ano eleitoral e no ano de posse (seguinte) no partido do governador eleito, dados adicionais até 2022 mostram que neste período, o MDB sofreu incremento no número de filiados desde 2018, enquanto o PT de Ana Júlia e PSDB de Simão Jatene declinavam.

A literatura sobre a difusão de filiação também levou à discussão da presença de diretórios definitivos e provisórios por partidos nos municípios paraenses: o PT liderou o mês de agosto de 2022 (período mais próximo do recenseamento) em órgãos permanentes e órgãos totais. Aparentemente, o número de órgãos permanentes influenciam mais nas filiações do que os órgãos temporários, pelo menos é o que diz o ranking: após o PT; o PSDB, MDB, PCdoB e PSOL fecham o top 5 em órgãos permanentes. Ao se tratar dos temporários, PSD, PL, Republicanos, PSB e MDB lideram. Estas observações podem despertar futuras discussões sobre o perfil dos partidos e dos municípios em preferência de órgãos permanentes/temporários e quais os municípios mais visados para receberem cada tipo.

Com os resultados aqui levantados, leva-se a observar que os municípios paraenses na questão das filiações em muito se assemelham com a realidade brasileira conforme os achados de Cervi et al (2018) e Speck (2013), e como o contexto eleitoral nas cidades de pequeno porte influencia as estatísticas de filiação, assim como a militância em torno dos sindicatos dos trabalhadores podem influenciar a realidade dos municípios maiores e mais industrializados, mostrando então o reflexo das relações sociais nas filiações.

Filiações à partidos de direita apresentaram um percentual maior nos municípios de pequeno porte. Por seu turno, partidos da esquerda e do centro aumentam essa fatia nos municípios de médio e grande porte de população. Da mesma forma, as filiações à direita mostraram predominância mais acentuada no Sudoeste Paraense, Baixo Amazonas e Marajó, mesorregiões menos populosas do estado. O percentual de filiações a esquerda lidera no

Nordeste Paraense, seguido da Mesorregião Metropolitana de Belém e Sudeste Paraense, ou seja, nos recortes com maiores concentrações populacionais e produção econômica.

Na configuração econômica, o percentual de filiações por ideologia partidária se mostraram muito próximos entre os municípios classificados como detentores de PIB alto, médio e baixo, mas ainda assim, a direita e esquerda oscilam antagonicamente, os partidos à direita ampliam sua participação nos municípios de PIB baixo ao passo que a esquerda, o centro não segue um ritmo uniforme nessa categoria, sendo proporcionalmente maior onde o PIB é ‘alto’, seguido dos municípios de PIB ‘baixo’ e menor nos municípios de PIB ‘médio’.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Oswaldo. Ainda Conectado: o PT e seus Vínculos com a Sociedade. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 17, nº 1, Junho, 2011, p. 01-44.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda. Razões e Significados de uma Distinção Política**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BORBA, Julian; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. Os estudos de comportamento político na ciência política brasileira: caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência. **BIB**, São Paulo, n. 89, p. 13-44

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. **Uma Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros**. SiELO preprints, versão 1, p. 1-20, jun. 2021.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo; BORGES, Tiago. Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil. Edições Universidade de Salamanca. **América Latina Hoy**, v. 62, p. 15-45, 2012.

BREVES. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Breves&oldid=67597028>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

CERVI, Urizzi; TERRON, Sonia Terron, SOARES, Glaucio Ary Dillon. Filiação Partidária: uma importante variável esquecida no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 26, nº 3, set-dez., p. 494-521, 2020.

COSTA, Eduardo; PIRES, Geovana. Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas. **Secretaria de Estado de Planejamento e Administração do Pará (SEPLAD)**. FAPESPA. Perfil da Região Baixo Amazonas. Belém: SEPLAD, 2015. Disponível em: [https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/perfil\\_regiao\\_baixo\\_amazonas.pdf](https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/perfil_regiao_baixo_amazonas.pdf). Acesso em: 17 mar. 2024.

DOLCE, Julia. O ouro que empobrece as cidades garimpeiras da Amazônia. *In*: Infoamazônia. [Brasil]. 03 de nov. 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/11/03/o-ouro-que-empobrece-as-cidades-garimpeiras-da-floresta-amazonica/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). **PIB dos Municípios Paraenses 2021**. Governo do Pará. Belém, 2023. Disponível em:

[https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Relatorio-PIB-Municipal-2021\\_Final-1.pdf](https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Relatorio-PIB-Municipal-2021_Final-1.pdf) . Acesso em: 28 mar. 2014.

FRANÇA, Carlos Augusto de Souza. O Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB: a Coligação União Pelo Pará (1995-2006) e a competição pela prefeitura de Belém. **Sistema Político Paraense: Instituições, atores e arenas** / Edir Veiga, Carlos Siqueira (orgs.) – Brasília: Editora Arts Letras, 2022.

FGV CPDOC. **Programa de Integração Nacional (PIN)**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>. Acesso em: 17 mar. 2024

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIESPA). < <https://www.fiepa.org.br/noticia/investimento-da-industria-em-pesquisa-e-desenvolvimento-cresceu-33-4-diz-cni>>. Acesso em: 22 de abril de 2023

GIMENES, Éder Rodrigo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; LAZARE, Danilo César Macri; FURRIEL, Wesley Oliveira. **Determinantes da Filiação Partidária no Brasil**. Revista Latinoamericana de Opinión Pública, Número 8 (1), p. 209 – 244, 2019.

GHEDINE, André Luiz. Veja a biografia de Jader antes de se tornar presidente do Senado. Folha de São Paulo. São Paulo/SP, 13 de setembro de 2001. Acesso em: 04 de fevereiro de 2024. Disponível em <http://web.archive.org/web/20191213161054/https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u24687.shtml>.

GUEDON, Philippe Chaves. O Declínio do PT? O Panorama dos Filiados do Partido no Estado do Rio de Janeiro. CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 27 (2018).

HELDER BARBALHO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Helder\\_Barbalho&oldid=67374574](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Helder_Barbalho&oldid=67374574)>. Acesso em: 02 março de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria.html>>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria.html>>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

JADER BARBALHO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jader\\_Barbalho&oldid=67410202](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jader_Barbalho&oldid=67410202)>. Acesso em: 03 de março de 2024.

JADER BARBALHO FILHO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jader\\_Barbalho\\_Filho&oldid=67508314](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Jader_Barbalho_Filho&oldid=67508314)>. Acesso em: 04 de março de 2024.

OKADO, Lucas Toshiaki Archangelo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; LAZARE. **Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil**. Pró-posições, v. 29, N. 1 (86), p. 267-295, jan./abr. 2018.

MAGNAGO, A. A. **A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 67-94, 1995.

MARQUES, Rodolfo Silva; OLIVEIRA, André Silva de; OLIVEIRA, Ivana Cláudia Guimarães de. Os governos de Helder Barbalho (MDB) no Pará: liderança política e formações de supermaiorias legislativas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**. Volume 20, número 1, p. 84-112, janeiro a abril de 2023.

MINGARDI, Lucas Malta. **O ciclo da filiação partidária no contexto brasileiro**. 2018. 177 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2018.

NIMUENDAJU, Curt. Os Tapajó. **Revista de Antropologia**, Volume 1, n.1, p. 53-61. Disponível em: [https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1953-tapajo/nimuendaju\\_1953\\_tapajo.pdf](https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1953-tapajo/nimuendaju_1953_tapajo.pdf) Acesso em: 14 mar. 2024.

PALUDO, José Roberto; BORBA, Julian; GIMENES, Éder Rodrigo. **Participação de Alta Intensidade Entre Os Filiados ao Partido dos Trabalhadores no Brasil**. Revista Teoria & Pesquisa, v. 27, n. 2, 2018, p. 189-217.

PARÁ. FAPESPA (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas). **Mesorregiões Paraenses**. Governo do Pará. Belém, 2016. 1 mapa, color. Disponível em: [https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2017/mapas/territorio/ter3\\_mesorregioes\\_paraenses.png](https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2017/mapas/territorio/ter3_mesorregioes_paraenses.png). Acesso em 13 set. 2024.

PARATERRA BOA. Santarém: como a cidade mais antiga do Brasil. **Pará Terra Boa**, UFOPA. Disponível em: <https://www.paraterraboia.com/gente-da-terra/santarem-como-a-cidade-mais-antiga-do-brasil/>. Acesso em: 14 mar. 24.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD). Para convenção do PSD, define apoio a Helder Barbalho. **PSD - Partido Social Democrático**, 27 jul. 2022. Disponível em: <https://psd.org.br/noticia/para-convencao-do-psd-define-apoio-a-helder-barbalho/>. Acesso em: 06 mar. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). IDHM municípios 2010. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municipios-2010>. Acesso em: 18 mar. 2024.

ROMA, Celso. **A Institucionalização do PSDB entre 1989 e 1999**. RBCS. Vol. 17, n° 49, junho/2002.

SABEDORIA de Salomão. In: *BÍBLIA*. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução da CNBB com Introduções e Notas, dirigida pela Comissão Episcopal Pastoral para a animação bíblico-catequética Acessoria Bíblica. 7ª Edição. Brasília: Editora Canção Nova, 2008. p. 817-818.

SANTARÉM (PARÁ). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Santar%C3%A9m\\_\(Par%C3%A1\)&oldid=67224827](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Santar%C3%A9m_(Par%C3%A1)&oldid=67224827)>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SANTOS, Emanuel Raimundo Costa. **HISTORIA DA CIDADE DE BELÉM: intervenções urbanísticas e produção do espaço da orla fluvial**. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. São Luís, 2016. Disponível em: [https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467578458\\_ARQUIVO\\_Historia\\_Cidade\\_Belem\\_ENG2016.pdf](https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467578458_ARQUIVO_Historia_Cidade_Belem_ENG2016.pdf). Acesso em: 19 mar. 2024.

SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **A Economia do Sudeste Paraense: Evidências das**

**Transformações Estruturais.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9000>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SILVA, Dornélio. *Reeleição e Competição Política na Amazônia. Subsistema político paraense: instituições, atores e arenas.* Edir Vieira, Carlos Siqueira (org.). Editora Art Letras, p. 129-165, 2022.

SILVA, Luisa Bittencourt. **Reflexos do poder na filiação partidária – Uma análise de governos estaduais.** Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política – IPOL. Brasília, 2015.

SILVA, Pedro Gustavo de Sousa. **PSDB e PT: Análise da Organização Interna dos Partidos.** Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2017.

SPECK, Bruno Wilhelm. *Nem Ideológica, Nem Oportunista: A filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil.* **Cadernos Adenauer XIV** (2013), n° 2, p. 37-60. São Paulo, 2013.

SPECK, Bruno Wilhelm; BRAGA, Maria do Socorro; VALERIANO, Costa. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. **Revista de Sociologia Política e Política**, v. 23, n. 56, p. 125-148, dez. 2015.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. *A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI.* **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 29 - Especial, pp. 107 - 121, 2011

Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Listagem de Órgãos Partidários.** Disponível em: <https://sgip3.tse.jus.br/sgip3-consulta/#!/orgao-partidario/listagem-orgaos-partidarios>. Acesso em: 5 de março de 2024.

Tribunal Regional Eleitoral do Pará. (TRE-PA). *Estatísticas de filiados.* Disponível em: <https://www.tre-pa.jus.br/partidos/filiacao-partidaria-1/estatisticas-de-filiados>. Acesso em 5 de março de 2024.

Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA). *Informações partidárias.* Disponível em: <https://www.tre-pa.jus.br/partidos/partidos-politicos/informacoes-partidarias>. Acesso em: 3 de março de 2024.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL. **Reserva Extrativista Mapuá.** ARP 4326.

Nossos Parques. Disponível em: <https://nossosparques.org.br/pt-br/arp/4326>. Acesso em: 17 mar. 2024.

USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Usina\\_Hidrel%C3%A9trica\\_de\\_Tucuru%C3%A9&oldid=66704940](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Tucuru%C3%A9&oldid=66704940)>. Acesso em: 24 mar. 2024.

WILLEMANN, Maria Cristina Antunes; MEDEIROS, Jéssica Mascena de; LACERDA, Josimari Telino de; CALVO, Maria Cristina Marino. Atualização intercensitária de estratificação de municípios brasileiros para avaliação de desempenho em saúde, 2015. **Epidemiol. Serv. Saude**, Brasília, 28(3):e2018377, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/3PcxCtmVD9QzmRYbBmNRLgH/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 05 de agosto de 2023.

VALLE. Vinícius Saragiotto Magalhães. **Direita Religiosa e os Partidos Políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC**. Programa de Pós-Graduação – UFJF v. 13, n. 2, dez. 2018.

VEIGA, Edir. **Competição Política no Pará, 1930 – 2014: Atores, Partidos e Eleições**. Belém: Universidade Federal do Pará – 2018.

## **ANEXOS**

**ANEXO A – CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS MUNICÍPIOS:  
POPULAÇÃO, MESORREGIÃO E PORTE POPULACIONAL (2022)**

<b>Municípios</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>População 2022</b>	<b>Porte Populacional</b>
<b>Abaetetuba</b>	Nordeste Paraense	158.188	Grande
<b>Abel Figueiredo</b>	Sudeste Paraense	6.136	Pequeno
<b>Acará</b>	Nordeste Paraense	59.023	Médio
<b>Afuá</b>	Marajó	37.765	Médio
<b>Água Azul do Norte</b>	Sudeste Paraense	18.080	Pequeno
<b>Alenquer</b>	Baixo Amazonas	69.377	Médio
<b>Almeirim</b>	Baixo Amazonas	34.280	Médio
<b>Altamira</b>	Sudoeste Paraense	126.279	Grande
<b>Anajás</b>	Marajó	28.011	Médio
<b>Ananindeua</b>	Metropolitana de Belém	478.778	Grande
<b>Anapu</b>	Sudoeste Paraense	31.850	Médio
<b>Augusto Corrêa</b>	Nordeste Paraense	44.573	Médio
<b>Aurora do Pará</b>	Nordeste Paraense	23.774	Pequeno
<b>Aveiro</b>	Sudoeste Paraense	18.290	Pequeno
<b>Bagre</b>	Marajó	31.892	Médio
<b>Baião</b>	Nordeste Paraense	51.641	Médio
<b>Bannach</b>	Sudeste Paraense	4.031	Pequeno
<b>Barcarena</b>	Metropolitana de Belém	126.650	Grande
<b>Belém</b>	Metropolitana de Belém	1.303.403	Grande
<b>Belterra</b>	Baixo Amazonas	18.099	Pequeno
<b>Benevides</b>	Metropolitana de Belém	63.567	Médio
<b>Bom Jesus do Tocantins</b>	Sudeste Paraense	18.005	Pequeno
<b>Bonito</b>	Nordeste Paraense	12.622	Pequeno
<b>Bragança</b>	Nordeste Paraense	123.082	Grande
<b>Brasil Novo</b>	Sudoeste Paraense	24.718	Pequeno
<b>Brejo Grande do Araguaia</b>	Sudeste Paraense	6.783	Pequeno
<b>Breu Branco</b>	Sudeste Paraense	45.712	Médio
<b>Breves</b>	Marajó	106.968	Grande
<b>Bujaru</b>	Metropolitana de Belém	24.383	Pequeno
<b>Cachoeira do Arari</b>	Marajó	23.981	Pequeno
<b>Cachoeira do Piriá</b>	Nordeste Paraense	19.630	Pequeno
<b>Cametá</b>	Nordeste Paraense	134.184	Grande
<b>Canaã dos Carajás</b>	Sudeste Paraense	77.079	Médio
<b>Capanema</b>	Nordeste Paraense	70.394	Médio
<b>Capitão Poço</b>	Nordeste Paraense	56.506	Médio
<b>Castanhal</b>	Metropolitana de Belém	192.256	Grande
<b>Chaves</b>	Marajó	20.757	Pequeno
<b>Colares</b>	Nordeste Paraense	12.868	Pequeno

<b>Conceição do Araguaia</b>	Sudeste Paraense	44.617	Médio
<b>Concórdia do Pará</b>	Nordeste Paraense	26.881	Médio
<b>Cumarú do Norte</b>	Sudeste Paraense	14.036	Pequeno
<b>Curionópolis</b>	Sudeste Paraense	19.950	Pequeno
<b>Curralinho</b>	Marajó	33.903	Médio
<b>Curuá</b>	Baixo Amazonas	14.117	Pequeno
<b>Curuçá</b>	Nordeste Paraense	41.262	Médio
<b>Dom Eliseu</b>	Sudeste Paraense	58.484	Médio
<b>Eldorado do Carajás</b>	Sudeste Paraense	28.192	Médio
<b>Faro</b>	Baixo Amazonas	8.728	Pequeno
<b>Floresta do Araguaia</b>	Sudeste Paraense	17.898	Pequeno
<b>Garrafão do Norte</b>	Nordeste Paraense	24.703	Pequeno
<b>Goianésia do Pará</b>	Sudeste Paraense	26.362	Médio
<b>Gurupá</b>	Marajó	31.786	Médio
<b>Igarapé-Açu</b>	Nordeste Paraense	35.797	Médio
<b>Igarapé-Miri</b>	Nordeste Paraense	64.831	Médio
<b>Inhangapi</b>	Metropolitana de Belém	10.325	Pequeno
<b>Ipixuna do Pará</b>	Nordeste Paraense	30.329	Médio
<b>Irituia</b>	Nordeste Paraense	30.955	Médio
<b>Itaituba</b>	Sudoeste Paraense	123.314	Grande
<b>Itupiranga</b>	Sudeste Paraense	49.754	Médio
<b>Jacareacanga</b>	Sudoeste Paraense	24.042	Pequeno
<b>Jacundá</b>	Sudeste Paraense	37.707	Médio
<b>Jurutí</b>	Baixo Amazonas	50.881	Médio
<b>Limoeiro do Ajuru</b>	Nordeste Paraense	29.569	Médio
<b>Mãe do Rio</b>	Nordeste Paraense	34.353	Médio
<b>Magalhães Barata</b>	Nordeste Paraense	8.115	Pequeno
<b>Marabá</b>	Sudeste Paraense	266.533	Grande
<b>Maracanã</b>	Nordeste Paraense	25.971	Médio
<b>Marapanim</b>	Nordeste Paraense	26.573	Médio
<b>Marituba</b>	Metropolitana de Belém	111.785	Grande
<b>Medicilândia</b>	Sudoeste Paraense	27.094	Médio
<b>Melgaço</b>	Marajó	27.881	Médio
<b>Mocajuba</b>	Nordeste Paraense	27.198	Médio
<b>Moju</b>	Nordeste Paraense	84.094	Médio
<b>Mojuí dos Campos</b>	Baixo Amazonas	23.501	Pequeno
<b>Monte Alegre</b>	Baixo Amazonas	60.012	Médio
<b>Muaná</b>	Marajó	45.368	Médio
<b>Nova Esperança do Piriá</b>	Nordeste Paraense	20.478	Pequeno
<b>Nova Ipixuna</b>	Sudeste Paraense	13.955	Pequeno
<b>Nova Timboteua</b>	Nordeste Paraense	12.806	Pequeno
<b>Novo Progresso</b>	Sudoeste Paraense	33.638	Médio
<b>Novo Repartimento</b>	Sudeste Paraense	60.732	Médio
<b>Óbidos</b>	Baixo Amazonas	52.229	Médio
<b>Oeiras do Pará</b>	Nordeste Paraense	33.844	Médio
<b>Oriximiná</b>	Baixo Amazonas	68.294	Médio
<b>Ourém</b>	Nordeste Paraense	17.855	Pequeno

<b>Ourilândia do Norte</b>	Sudeste Paraense	32.467	Médio
<b>Pacajá</b>	Sudoeste Paraense	41.097	Médio
<b>Palestina do Pará</b>	Sudeste Paraense	6.885	Pequeno
<b>Paragominas</b>	Sudeste Paraense	105.550	Grande
<b>Parauapebas</b>	Sudeste Paraense	267.836	Grande
<b>Pau D'Arco</b>	Sudeste Paraense	6.931	Pequeno
<b>Peixe-Boi</b>	Nordeste Paraense	8.285	Pequeno
<b>Piçarra</b>	Sudeste Paraense	12.832	Pequeno
<b>Placas</b>	Baixo Amazonas	18.668	Pequeno
<b>Ponta de Pedras</b>	Marajó	24.984	Pequeno
<b>Portel</b>	Marajó	62.503	Médio
<b>Porto de Moz</b>	Baixo Amazonas	40.597	Médio
<b>Prainha</b>	Baixo Amazonas	35.577	Médio
<b>Primavera</b>	Nordeste Paraense	10.851	Pequeno
<b>Quatipuru</b>	Nordeste Paraense	11.524	Pequeno
<b>Redenção</b>	Sudeste Paraense	85.597	Médio
<b>Rio Maria</b>	Sudeste Paraense	18.384	Pequeno
<b>Rondon do Pará</b>	Sudeste Paraense	53.143	Médio
<b>Rurópolis</b>	Sudoeste Paraense	35.769	Médio
<b>Salinópolis</b>	Nordeste Paraense	44.772	Médio
<b>Salvaterra</b>	Marajó	24.129	Pequeno
<b>Santa Bárbara do Pará</b>	Metropolitana de Belém	21.087	Pequeno
<b>Santa Cruz do Arari</b>	Marajó	7.445	Pequeno
<b>Santa Izabel do Pará</b>	Metropolitana de Belém	73.019	Médio
<b>Santa Luzia do Pará</b>	Nordeste Paraense	20.370	Pequeno
<b>Santa Maria das Barreiras</b>	Sudeste Paraense	16.548	Pequeno
<b>Santa Maria do Pará</b>	Nordeste Paraense	24.624	Pequeno
<b>Santana do Araguaia</b>	Sudeste Paraense	32.413	Médio
<b>Santarém</b>	Baixo Amazonas	331.942	Grande
<b>Santarém Novo</b>	Nordeste Paraense	6.116	Pequeno
<b>Santo Antônio do Tauá</b>	Metropolitana de Belém	27.461	Médio
<b>São Caetano de Odivelas</b>	Nordeste Paraense	16.666	Pequeno
<b>São Domingos do Araguaia</b>	Sudeste Paraense	21.092	Pequeno
<b>São Domingos do Capim</b>	Nordeste Paraense	30.599	Médio
<b>São Félix do Xingu</b>	Sudeste Paraense	65.418	Médio
<b>São Francisco do Pará</b>	Nordeste Paraense	14.894	Pequeno
<b>São Geraldo do Araguaia</b>	Sudeste Paraense	24.255	Pequeno
<b>São João da Ponta</b>	Nordeste Paraense	4.430	Pequeno
<b>São João de Pirabas</b>	Nordeste Paraense	20.689	Pequeno
<b>São João do Araguaia</b>	Sudeste Paraense	13.664	Pequeno
<b>São Miguel do Guamá</b>	Nordeste Paraense	52.894	Médio
<b>São Sebastião da Boa Vista</b>	Marajó	25.643	Médio
<b>Sapucaia</b>	Sudeste Paraense	5.847	Pequeno
<b>Senador José Porfírio</b>	Sudoeste Paraense	22.576	Pequeno
<b>Soure</b>	Marajó	24.204	Pequeno
<b>Tailândia</b>	Nordeste Paraense	72.493	Médio
<b>Terra Alta</b>	Nordeste Paraense	10.400	Pequeno

<b>Terra Santa</b>	Baixo Amazonas	18.782	Pequeno
<b>Tomé-Açu</b>	Nordeste Paraense	67.585	Médio
<b>Tracuateua</b>	Nordeste Paraense	28.595	Médio
<b>Trairão</b>	Sudoeste Paraense	15.242	Pequeno
<b>Tucumã</b>	Sudeste Paraense	39.550	Médio
<b>Tucuruí</b>	Sudeste Paraense	91.306	Médio
<b>Ulianópolis</b>	Sudeste Paraense	37.972	Médio
<b>Uruará</b>	Sudoeste Paraense	43.558	Médio
<b>Vigia</b>	Nordeste Paraense	50.832	Médio
<b>Viseu</b>	Nordeste Paraense	58.692	Médio
<b>Vitória do Xingu</b>	Sudoeste Paraense	15.607	Pequeno
<b>Xinguara</b>	Sudeste Paraense	52.893	Médio

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## **ANEXO B – VALOR E TAMANHO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS.**

<b>Municípios</b>	<b>PIB 2021 (2023) (x R\$ 1.000,00)</b>	<b>Tamanho do PIB</b>
<b>Abaetetuba</b>	1.949.341	Alto
<b>Abel Figueiredo</b>	105.496	Médio
<b>Acará</b>	1.433.440	Alto
<b>Afuá</b>	444.236	Médio
<b>Água Azul do Norte</b>	643.132	Médio
<b>Alenquer</b>	745.403	Médio
<b>Almeirim</b>	688.370	Médio
<b>Altamira</b>	3.120.219	Alto
<b>Anajás</b>	259.020	Médio
<b>Ananindeua</b>	8.939.830	Alto
<b>Anapu</b>	588.032	Médio
<b>Augusto Corrêa</b>	363.771	Médio
<b>Aurora do Pará</b>	308.633	Médio
<b>Aveiro</b>	151.969	Médio
<b>Bagre</b>	250.548	Médio
<b>Baião</b>	562.147	Médio
<b>Bannach</b>	129.007	Médio
<b>Barcarena</b>	9.243.937	Alto
<b>Belém</b>	33.467.126	Alto
<b>Belterra</b>	237.196	Médio
<b>Benevides</b>	1.986.729	Alto
<b>Bom Jesus do Tocantins</b>	243.883	Médio
<b>Bonito</b>	206.682	Médio
<b>Bragança</b>	1.389.573	Alto
<b>Brasil Novo</b>	379.813	Médio
<b>Brejo Grande do Araguaia</b>	115.088	Médio
<b>Breu Branco</b>	794.309	Médio
<b>Breves</b>	893.933	Médio

<b>Bujaru</b>	536.730	Médio
<b>Cachoeira do Arari</b>	227.634	Médio
<b>Cachoeira do Piriá</b>	255.830	Médio
<b>Cametá</b>	1.393.690	Alto
<b>Canaã dos Carajás</b>	34.989.610	Alto
<b>Capanema</b>	1.427.144	Alto
<b>Capitão Poço</b>	615.773	Médio
<b>Castanhal</b>	4.709.312	Alto
<b>Chaves</b>	248.270	Médio
<b>Colares</b>	100.969	Médio
<b>Conceição do Araguaia</b>	662.825	Médio
<b>Concórdia do Pará</b>	420.236	Médio
<b>Cumarú do Norte</b>	406.927	Médio
<b>Curionópolis</b>	3.667.341	Alto
<b>Curralinho</b>	282.512	Médio
<b>Curuá</b>	149.717	Médio
<b>Curuçá</b>	369.777	Médio
<b>Dom Eliseu</b>	940.611	Médio
<b>Eldorado do Carajás</b>	556.042	Médio
<b>Faro</b>	76.730	Baixo
<b>Floresta do Araguaia</b>	602.623	Médio
<b>Garrafão do Norte</b>	276.033	Médio
<b>Goianésia do Pará</b>	506.638	Médio
<b>Gurupá</b>	334.287	Médio
<b>Igarapé-Açu</b>	415.894	Médio
<b>Igarapé-Miri</b>	691.233	Médio
<b>Inhangapi</b>	174.628	Médio
<b>Ipixuna do Pará</b>	625.213	Médio
<b>Irituia</b>	278.006	Médio
<b>Itaituba</b>	3.078.558	Alto
<b>Itupiranga</b>	841.956	Médio
<b>Jacareacanga</b>	625.760	Médio
<b>Jacundá</b>	615.695	Médio
<b>Juruti</b>	1.451.756	Alto
<b>Limoeiro do Ajuru</b>	503.051	Médio
<b>Mãe do Rio</b>	340.311	Médio
<b>Magalhães Barata</b>	98.432	Baixo
<b>Marabá</b>	13.523.145	Alto
<b>Maracanã</b>	289.997	Médio
<b>Marapanim</b>	263.657	Médio
<b>Marituba</b>	2.578.541	Alto
<b>Medicilândia</b>	1.023.972	Alto
<b>Melgaço</b>	216.855	Médio
<b>Mocajuba</b>	452.082	Médio
<b>Moju</b>	1.348.481	Alto
<b>Mojuí dos Campos</b>	288.644	Médio

<b>Monte Alegre</b>	807.340	Médio
<b>Muaná</b>	338.764	Médio
<b>Nova Esperança do Piriá</b>	350.842	Médio
<b>Nova Ipixuna</b>	192.605	Médio
<b>Nova Timboteua</b>	147.491	Médio
<b>Novo Progresso</b>	971.539	Médio
<b>Novo Repartimento</b>	1.117.034	Alto
<b>Óbidos</b>	965.930	Médio
<b>Oeiras do Pará</b>	419.077	Médio
<b>Oriximiná</b>	2.278.575	Alto
<b>Ourém</b>	200.629	Médio
<b>Ourilândia do Norte</b>	1.302.429	Alto
<b>Pacajá</b>	867.605	Médio
<b>Palestina do Pará</b>	98.769	Baixo
<b>Paragominas</b>	4.280.508	Alto
<b>Parauapebas</b>	49.763.040	Alto
<b>Pau D'Arco</b>	114.870	Médio
<b>Peixe-Boi</b>	72.327	Baixo
<b>Piçarra</b>	292.755	Médio
<b>Placas</b>	323.263	Médio
<b>Ponta de Pedras</b>	275.230	Médio
<b>Portel</b>	945.733	Médio
<b>Porto de Moz</b>	404.677	Médio
<b>Prainha</b>	442.969	Médio
<b>Primavera</b>	321.726	Médio
<b>Quatipuru</b>	120.882	Médio
<b>Redenção</b>	2.552.479	Alto
<b>Rio Maria</b>	601.872	Médio
<b>Rondon do Pará</b>	734.050	Médio
<b>Rurópolis</b>	496.837	Médio
<b>Salinópolis</b>	641.901	Médio
<b>Salvaterra</b>	210.371	Médio
<b>Santa Bárbara do Pará</b>	240.524	Médio
<b>Santa Cruz do Arari</b>	96.043	Baixo
<b>Santa Izabel do Pará</b>	935.129	Médio
<b>Santa Luzia do Pará</b>	196.168	Médio
<b>Santa Maria das Barreiras</b>	1.072.244	Alto
<b>Santa Maria do Pará</b>	371.642	Médio
<b>Santana do Araguaia</b>	1.381.972	Alto
<b>Santarém</b>	6.390.528	Alto
<b>Santarém Novo</b>	60.065	Baixo
<b>Santo Antônio do Tauá</b>	475.569	Médio
<b>São Caetano de Odivelas</b>	183.191	Médio
<b>São Domingos do Araguaia</b>	359.021	Médio
<b>São Domingos do Capim</b>	438.410	Médio
<b>São Félix do Xingu</b>	2.009.122	Alto

<b>São Francisco do Pará</b>	264.374	Médio
<b>São Geraldo do Araguaia</b>	710.684	Médio
<b>São João da Ponta</b>	57.407	Baixo
<b>São João de Pirabas</b>	182.168	Médio
<b>São João do Araguaia</b>	186.890	Médio
<b>São Miguel do Guamá</b>	793.139	Médio
<b>São Sebastião da Boa Vista</b>	245.028	Médio
<b>Sapucaia</b>	141.176	Médio
<b>Senador José Porfírio</b>	246.281	Médio
<b>Soure</b>	241.803	Médio
<b>Tailândia</b>	1.291.722	Alto
<b>Terra Alta</b>	83.046	Baixo
<b>Terra Santa</b>	519.541	Médio
<b>Tomé-Açu</b>	1.040.635	Alto
<b>Tracuateua</b>	285.330	Médio
<b>Trairão</b>	327.523	Médio
<b>Tucumã</b>	984.423	Médio
<b>Tucuruí</b>	5.614.501	Alto
<b>Ulianópolis</b>	1.995.884	Alto
<b>Uruará</b>	774.530	Médio
<b>Vigia</b>	476.787	Médio
<b>Visou</b>	618.568	Médio
<b>Vitória do Xingu</b>	4.230.778	Alto
<b>Xinguara</b>	1.605.020	Alto

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

### ANEXO C – FILIAÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL POR ESPECTRO PARTIDÁRIO NOS MUNICÍPIOS PARAENSES EM JULHO DE 2022.

<b>Municípios</b>	<b>Esquerda</b>	<b>Esquerda (%)</b>	<b>Centro</b>	<b>Centro (%)</b>	<b>Direita</b>	<b>Direita (%)</b>	<b>Total</b>
<b>Abaetetuba</b>	3.804	35,8	939	8,8	5.882	55,4	10.625
<b>Abel Figueiredo</b>	184	20,7	29	3,3	674	76,0	887
<b>Acará</b>	1.066	25,1	254	6,0	2.923	68,9	4.243
<b>Afuá</b>	465	29,8	18	1,2	1.075	69,0	1.558
<b>Água Azul do Norte</b>	266	19,7	37	2,7	1.048	77,6	1.351
<b>Alenquer</b>	777	18,5	350	8,3	3.071	73,2	4.198
<b>Almeirim</b>	926	29,2	122	3,8	2.125	67,0	3.173
<b>Altamira</b>	1.432	18,8	248	3,3	5.949	78,0	7.629
<b>Anajás</b>	294	21,8	29	2,2	1.023	76,0	1.346
<b>Ananindeua</b>	6.045	21,1	1.225	4,3	21.371	74,6	28.641
<b>Anapu</b>	506	23,8	72	3,4	1.545	72,8	2.123
<b>Augusto Corrêa</b>	591	25,7	156	6,8	1.553	67,5	2.300
<b>Aurora do Pará</b>	418	24,9	132	7,9	1.127	67,2	1.677
<b>Aveiro</b>	361	23,6	75	4,9	1.096	71,5	1.532
<b>Bagre</b>	385	24,4	90	5,7	1.100	69,8	1.575

<b>Baião</b>	1.197	33,7	190	5,3	2.166	61,0	3.553
<b>Bannach</b>	244	26,9	14	1,5	650	71,6	908
<b>Barcarena</b>	2.025	17,1	489	4,1	9.346	78,8	11.860
<b>Belém</b>	36.075	39,7	3.919	4,3	50.977	56,0	90.971
<b>Belterra</b>	586	25,0	90	3,8	1.668	71,2	2.344
<b>Benevides</b>	890	18,8	377	8,0	3.460	73,2	4.727
<b>Bom Jesus do Tocantins</b>	446	30,7	154	10,6	851	58,6	1.451
<b>Bonito</b>	201	15,2	53	4,0	1.066	80,8	1.320
<b>Bragança</b>	1.121	26,2	235	5,5	2.924	68,3	4.280
<b>Brasil Novo</b>	331	22,9	63	4,4	1.052	72,8	1.446
<b>Brejo Grande do Araguaia</b>	212	21,5	39	4,0	735	74,5	986
<b>Breu Branco</b>	788	15,8	112	2,2	4.103	82,0	5.003
<b>Breves</b>	926	19,4	261	5,5	3.598	75,2	4.785
<b>Bujaru</b>	857	34,6	163	6,6	1.458	58,8	2.478
<b>Cachoeira do Arari</b>	473	26,8	40	2,3	1.254	71,0	1.767
<b>Cachoeira do Piriá</b>	286	24,2	35	3,0	860	72,8	1.181
<b>Cametá</b>	4.359	51,8	576	6,8	3.487	41,4	8.422
<b>Canaã dos Carajás</b>	1.598	20,2	444	5,6	5.869	74,2	7.911
<b>Capanema</b>	1.419	28,5	381	7,6	3.185	63,9	4.985
<b>Capitão Poço</b>	599	20,9	217	7,6	2.056	71,6	2.872
<b>Castanhal</b>	2.374	24,3	621	6,4	6.765	69,3	9.760
<b>Chaves</b>	248	17,6	80	5,7	1.080	76,7	1.408
<b>Colares</b>	314	17,0	90	4,9	1.439	78,1	1.843
<b>Conceição do Araguaia</b>	1.450	34,6	223	5,3	2.518	60,1	4.191
<b>Concórdia do Pará</b>	909	38,7	132	5,6	1.305	55,6	2.346
<b>Cumarú do Norte</b>	365	28,4	59	4,6	861	67,0	1.285
<b>Curionópolis</b>	636	23,8	168	6,3	1.869	69,9	2.673
<b>Curralinho</b>	733	24,5	137	4,6	2.123	70,9	2.993
<b>Curuá</b>	250	18,1	34	2,5	1.099	79,5	1.383
<b>Curuçá</b>	1.110	28,4	156	4,0	2.646	67,6	3.912
<b>Dom Eliseu</b>	675	20,0	220	6,5	2.474	73,4	3.369
<b>Eldorado do Carajás</b>	1.051	31,3	161	4,8	2.151	64,0	3.363
<b>Faro</b>	270	22,3	113	9,3	826	68,3	1.209
<b>Floresta do Araguaia</b>	569	27,8	142	6,9	1.335	65,2	2.046
<b>Garrafão do Norte</b>	317	26,9	71	6,0	789	67,0	1.177
<b>Goianésia do Pará</b>	564	19,4	143	4,9	2.193	75,6	2.900

<b>Gurupá</b>	1.010	39,5	94	3,7	1.454	56,8	2.558
<b>Igarapé-Açu</b>	537	19,1	211	7,5	2.060	73,4	2.808
<b>Igarapé-Miri</b>	1.142	25,9	184	4,2	3.083	69,9	4.409
<b>Inhangapi</b>	233	21,5	50	4,6	803	73,9	1.086
<b>Ipixuna do Pará</b>	810	28,8	104	3,7	1.896	67,5	2.810
<b>Irituia</b>	942	31,0	141	4,6	1.954	64,3	3.037
<b>Itaituba</b>	1.309	19,5	313	4,7	5.078	75,8	6.700
<b>Itupiranga</b>	916	26,2	155	4,4	2.421	69,3	3.492
<b>Jacareacanga</b>	268	17,1	37	2,4	1.260	80,5	1.565
<b>Jacundá</b>	1.414	33,4	191	4,5	2.623	62,0	4.228
<b>Juruti</b>	1.650	35,1	138	2,9	2.911	61,9	4.699
<b>Limoeiro do Ajuru</b>	960	40,1	146	6,1	1.288	53,8	2.394
<b>Mãe do Rio</b>	683	23,1	119	4,0	2.152	72,9	2.954
<b>Magalhães Barata</b>	178	16,8	60	5,7	820	77,5	1.058
<b>Marabá</b>	5.312	34,6	747	4,9	9.303	60,6	15.362
<b>Maracanã</b>	582	15,7	116	3,1	3.001	81,1	3.699
<b>Marapanim</b>	718	27,9	146	5,7	1.706	66,4	2.570
<b>Marituba</b>	1.835	23,2	519	6,6	5.556	70,2	7.910
<b>Medicilândia</b>	602	25,0	84	3,5	1.724	71,5	2.410
<b>Melgaço</b>	176	14,7	35	2,9	984	82,3	1.195
<b>Mocajuba</b>	604	27,9	134	6,2	1.428	65,9	2.166
<b>Moju</b>	1.609	33,3	264	5,5	2.952	61,2	4.825
<b>Mojuí dos Campos</b>	1.059	30,5	118	3,4	2.298	66,1	3.475
<b>Monte Alegre</b>	645	17,0	173	4,6	2.975	78,4	3.793
<b>Muaná</b>	880	28,8	119	3,9	2.056	67,3	3.055
<b>Nova Esperança do Piriá</b>	366	27,5	59	4,4	908	68,1	1.333
<b>Nova Ipixuna</b>	561	38,5	30	2,1	865	59,4	1.456
<b>Nova Timboteua</b>	226	19,1	45	3,8	914	77,1	1.185
<b>Novo Progresso</b>	624	21,8	97	3,4	2.146	74,9	2.867
<b>Novo Repartimento</b>	1.413	30,6	343	7,4	2.859	62,0	4.615
<b>Óbidos</b>	374	10,2	198	5,4	3.086	84,4	3.658
<b>Oeiras do Pará</b>	665	23,2	118	4,1	2.085	72,7	2.868
<b>Oriximiná</b>	999	21,0	303	6,4	3.459	72,7	4.761
<b>Ourém</b>	248	15,6	73	4,6	1.269	79,8	1.590
<b>Ourilândia do Norte</b>	961	30,4	101	3,2	2.102	66,4	3.164
<b>Pacajá</b>	526	18,9	114	4,1	2.138	77,0	2.778
<b>Palestina do Pará</b>	286	25,7	19	1,7	809	72,6	1.114
<b>Paragominas</b>	1.038	26,0	246	6,2	2.705	67,8	3.989
<b>Parauapebas</b>	5.516	24,2	929	4,1	16.368	71,7	22.813

<b>Pau D'Arco</b>	298	25,1	36	3,0	853	71,9	1.187
<b>Peixe-Boi</b>	175	15,3	76	6,7	891	78,0	1.142
<b>Piçarra</b>	325	35,1	24	2,6	576	62,3	925
<b>Placas</b>	311	15,5	132	6,6	1.568	78,0	2.011
<b>Ponta de Pedras</b>	483	15,2	93	2,9	2.605	81,9	3.181
<b>Portel</b>	763	23,2	79	2,4	2.445	74,4	3.287
<b>Porto de Moz</b>	561	22,3	81	3,2	1.873	74,5	2.515
<b>Prainha</b>	433	20,0	92	4,2	1.640	75,8	2.165
<b>Primavera</b>	203	12,3	57	3,5	1.387	84,2	1.647
<b>Quatipuru</b>	305	21,2	63	4,4	1.071	74,4	1.439
<b>Redenção</b>	1.239	20,1	281	4,6	4.634	75,3	6.154
<b>Rio Maria</b>	471	19,3	47	1,9	1.926	78,8	2.444
<b>Rondon do Pará</b>	517	18,6	147	5,3	2.121	76,2	2.785
<b>Rurópolis</b>	486	20,5	135	5,7	1.754	73,9	2.375
<b>Salinópolis</b>	708	27,1	147	5,6	1.753	67,2	2.608
<b>Salvaterra</b>	434	17,1	109	4,3	1.998	78,6	2.541
<b>Santa Bárbara do Pará</b>	640	25,8	112	4,5	1.730	69,7	2.482
<b>Santa Cruz do Arari</b>	237	28,6	39	4,7	553	66,7	829
<b>Santa Izabel do Pará</b>	1.200	27,7	238	5,5	2.896	66,8	4.334
<b>Santa Luzia do Pará</b>	798	49,8	7	0,4	796	49,7	1.601
<b>Santa Maria das Barreiras</b>	428	24,5	45	2,6	1.277	73,0	1.750
<b>Santa Maria do Pará</b>	354	17,6	83	4,1	1.576	78,3	2.013
<b>Santana do Araguaia</b>	591	19,5	253	8,3	2.194	72,2	3.038
<b>Santarém</b>	5.676	29,2	1.037	5,3	12.747	65,5	19.460
<b>Santarém Novo</b>	389	28,5	55	4,0	920	67,4	1.364
<b>Santo Antônio do Tauá</b>	529	18,8	177	6,3	2.104	74,9	2.810
<b>São Caetano de Odivelas</b>	287	12,1	69	2,9	2.024	85,0	2.380
<b>São Domingos do Araguaia</b>	549	27,0	130	6,4	1.356	66,6	2.035
<b>São Domingos do Capim</b>	758	36,4	101	4,8	1.225	58,8	2.084
<b>São Félix do Xingu</b>	1.013	26,2	239	6,2	2.615	67,6	3.867
<b>São Francisco do Pará</b>	260	13,0	190	9,5	1.549	77,5	1.999
<b>São Geraldo do Araguaia</b>	462	20,4	73	3,2	1.733	76,4	2.268
<b>São João da Ponta</b>	269	27,8	55	5,7	645	66,6	969

<b>São João de Pirabas</b>	541	20,4	106	4,0	2.006	75,6	2.653
<b>São João do Araguaia</b>	413	24,6	105	6,3	1.161	69,1	1.679
<b>São Miguel do Guamá</b>	889	22,6	135	3,4	2.906	73,9	3.930
<b>São Sebastião da Boa Vista</b>	658	27,6	114	4,8	1.610	67,6	2.382
<b>Sapucaia</b>	207	23,2	37	4,1	648	72,6	892
<b>Senador José Porfírio</b>	410	25,5	49	3,1	1.146	71,4	1.605
<b>Soure</b>	797	22,6	105	3,0	2.630	74,5	3.532
<b>Tailândia</b>	1.122	24,4	136	3,0	3.342	72,7	4.600
<b>Terra Alta</b>	340	19,5	47	2,7	1.355	77,8	1.742
<b>Terra Santa</b>	370	16,3	106	4,7	1.792	79,0	2.268
<b>Tomé-Açu</b>	1.174	21,8	246	4,6	3.961	73,6	5.381
<b>Tracuateua</b>	589	31,6	74	4,0	1.198	64,4	1.861
<b>Trairão</b>	232	15,0	76	4,9	1.234	80,0	1.542
<b>Tucumã</b>	663	20,7	188	5,9	2.352	73,4	3.203
<b>Tucuruí</b>	2.486	24,4	634	6,2	7.073	69,4	10.193
<b>Ulianópolis</b>	440	13,7	60	1,9	2.706	84,4	3.206
<b>Uruará</b>	620	21,1	211	7,2	2.106	71,7	2.937
<b>Vigia</b>	735	23,4	211	6,7	2.195	69,9	3.142
<b>Viseu</b>	587	21,1	122	4,4	2.080	74,6	2.788
<b>Vitória do Xingu</b>	400	20,9	92	4,8	1.423	74,3	1.915
<b>Xinguara</b>	616	18,8	101	3,1	2.551	78,1	3.268

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.